

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE ARTES E COMUNICAÇÃO
COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM PUBLICIDADE E PROPAGANDA

ALEXANDRE ANTÔNIO DA SILVA

COMUNICAÇÃO DIGITAL NAS PREFEITURAS:
PANORAMA GAÚCHO DE SUA UTILIZAÇÃO
COMO PROCESSO DA DEMOCRACIA

PASSO FUNDO

2014

Alexandre Antônio da Silva

COMUNICAÇÃO DIGITAL NAS PREFEITURAS:
PANORAMA GAÚCHO DE SUA UTILIZAÇÃO COMO
PROCESSO DA DEMOCRACIA

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social da Faculdade de Artes e Comunicação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de bacharel em Publicidade e Propaganda, sob orientação do Professor Olmiro Cristiano Lara Schaffer.

Passo Fundo

2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda e qualquer pessoa que tenha contribuído com meu aprendizado ao longo de todo o curso, principalmente professores e colegas. Aos meus pais, Airton e Ivete, pelo exemplo de pessoas maravilhosas, afeto e suporte fornecido ao longo de toda a vida. A minha irmã Juliane, pelo amparo e sabedoria que serviram de inspiração para continuar. A minha namorada Edilene, por compreender dias de estudo afastado de sua agradável companhia, pelo companheirismo e admiração. Ao professor orientador Olmiro Lara Schaffer, pela dedicação e interesse em minha pesquisa, tendo participação ativa e indispensável na realização da mesma. Aos colegas e professores: amigos; que me acompanharam nestes quatro anos, compartilhando seus conhecimentos, transformando aulas em descontraídos momentos de aprendizagem.

RESUMO

O presente trabalho tem como temática central contemplar noções teóricas da comunicação, política e das novas mídias, delimitando-se ao estudo do uso da comunicação digital nas prefeituras gaúchas. Seu objetivo é o de identificar a forma como a comunicação digital está sendo trabalhada nas prefeituras municipais gaúchas.

A metodologia desta pesquisa para análise da comunicação digital das prefeituras gaúchas buscou avaliar as plataformas utilizadas a fim de redimensioná-las dentro de uma análise mais sistêmica, identificando ferramentas que auxiliaram o município nesse processo de comunicação. Uma pesquisa com todos os 496 municípios do Rio Grande do Sul foi realizada para apontar a existência de portais municipais desses municípios, para então identificar quais os tipos de ferramentas comunicacionais estavam sendo usadas pelo mesmo. Em um segundo momento, a pesquisa se voltou para descobrir quantitativamente o número de municípios que utilizavam o ambiente virtual das redes sociais para auxiliar no processo de comunicação digital das prefeituras gaúchas.

Esta monografia identificou que 97,78% dos municípios possuem Portal Municipal e as principais ferramentas utilizadas por esses municípios em seu website, em ordem decrescente, são: Ferramentas Informacionais (100%); Ferramentas de Serviços Online (23,58%); e; Ferramentas de Interação (10,28%). O presente estudo identificou ainda que 39,91% dos municípios utilizam as redes sociais (Facebook, Twitter e/ou Google+) seja para divulgação, interação ou prestação de serviços para seus municípios.

Palavras-chave: Comunicação digital, Prefeituras, Portais Municipais, Política.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Estrutura de governo segundo Confúcio.....	13
Figura 02: Pesquisa no Google pelo município de Maximiliano de Almeida.....	57
Figura 03: Página Inicial do website da Prefeitura Municipal de Marau.....	70
Figura 04: Hotsite Rota Sabores e Saberes Vale do Caí.....	71
Figura 05: Página inicial o site da Prefeitura de Frederico Westphalen.....	72
Figura 06: Banco de Oportunidades de Emprego da Prefeitura de Canoas.....	73
Figura 07: Matrícula Online para Rede Municipal de Ensino de Rio Grande.....	73
Figura 08: Votação Digital do Orçamento Participativo de São Leopoldo.....	74
Figura 09: Enquetes de Interação da Prefeitura de Augusto Pestana.....	75
Figura 10: Chat Online da Prefeitura de São José do Norte.....	75
Figura 11: Site da Prefeitura de Rio Grande.....	77
Figura 12: Site da Prefeitura de Osório.....	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Requisitos democráticos e suas dimensões analíticas (SILVA, 2009).....	61
Quadro 02: Requisitos democráticos e ferramentas para análise.....	62
Quadro 03: Os 05 municípios com maior IDHM do Rio Grande do Sul	66
Quadro 04: Os 05 municípios com menor IDHM do Rio Grande do Sul.....	67
Quadro 05: IDHM extremos dos municípios do RS, média estadual e média nacional..	67
Quadro 06: Os 05 municípios com maior população do Rio Grande do Sul.....	68
Quadro 07: IDHM extremos dos municípios do RS, média estadual e nacional.....	68
Quadro 08: Os 05 municípios com maior população do Rio Grande do Sul.....	69
Quadro 09: Municípios com os três tipos de ferramentas comunicacionais.....	79
Quadro 10: Portais municipais e suas ferramentas conforme número de habitantes.....	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Existência de portais municipais nas prefeituras gaúchas.....	67
Gráfico 02: Existência de portais municipais quanto número de habitantes.....	68
Gráfico 03: Existência de portais municipais quando comparado ao IDHM.....	68
Gráfico 04: Ferramentas comunicacionais presentes nos portais municipais.....	69
Gráfico 05: Ferramentas comunicacionais quando comparadas com a população.....	69
Gráfico 06: Ferramentas comunicacionais presentes nos websites quanto ao IDHM.....	70
Gráfico 07: Plataformas utilizadas na comunicação digital das prefeituras gaúchas.....	80
Gráfico 08: Utilização de redes sociais por prefeituras quanto ao n° de habitantes.....	80
Gráfico 09: Utilização de redes sociais por prefeituras conforme IDHM.....	81

SUMÁRIO

RESUMO	4
LISTA DE FIGURAS	5
LISTA DE QUADROS.....	6
LISTA DE GRÁFICOS	7
SUMÁRIO	8
INTRODUÇÃO	9
1. A POLÍTICA, A SOCIEDADE, O ESTADO E A DEMOCRACIA.....	11
1.1 Política.....	11
1.1.1 O poder político.....	13
1.1.2 Representação Política	19
1.2. A Sociedade e o Estado.....	21
1.2.1 A sociedade	22
1.2.2 O Estado: Município	25
1.2.3 Democracia e o Estado moderno.....	32
2 A COMUNICAÇÃO E A POLÍTICA	38
2.1 Comunicação Pública.....	40
2.2 Comunicação Política.....	44
2.3 Da Comunicação Digital ao Website Institucional	48
2.3.1 Ciberespaço	49
2.3.2 Comunicação Digital.....	52
2.3.3 Websites e Portais	55
2.3.4 Facebook e Redes Sociais	56
3. METODOLOGIA	58
3.1 Universo da Pesquisa	58
3.2 Coleta de Dados	58
3.3 Parâmetros de Análise.....	59
4. A COMUNICAÇÃO DIGITAL DAS PREFEITURAS GAÚCHAS	65
5. CONCLUSÃO	83
REFERENCIAS	85
APÊNDICE A - Análise da Comunicação das Prefeituras Gaúchas.....	89

INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos a sociedade sofreu inúmeras mudanças, várias delas modificaram a maneira de pensar e agir das pessoas. Um exemplo disso foi o surgimento da internet e das novas mídias, que permitiram criar redes de relacionamento e resolver problemas.

O presente trabalho tem como temática central contemplar noções teóricas da comunicação, política e das novas mídias, delimitando-se ao estudo do uso da comunicação digital nas prefeituras gaúchas. Seu objetivo é o de identificar a forma como a comunicação digital está sendo trabalhada nas prefeituras municipais gaúchas.

O primeiro capítulo deste trabalho impulsiona a discussão sobre a especificidade política através do resgate do conceito de política, ou daquilo que o constrói teoricamente, a questão do poder entre os homens, sua negociação e partilha. Não se trata de elaborar e aprofundar aqui a discussão sobre as várias vertentes e conceitos de política, o que acabaria ultrapassando os objetivos deste trabalho, mas procurar alcançar aquilo que a caracteriza, dando consistência aos textos e embasamento teórico para seu completo entendimento.

Transcrevendo esta reflexão para o atual objeto de estudo deste trabalho, no segundo capítulo é apresentado a relação política com a comunicação, principalmente quando se refere à necessidade de visibilidade dos governantes perante os cidadãos, especialmente por conjugar interesses eleitoreiros. Os meios de comunicação de massa não são instrumentos que estão à disposição dos governantes e futuros atores políticos, pois, sempre que estes precisam comunicar algo de interesse coletivo, em nome do Governo, estes espaços são comercializados, o que implica em vultuosos investimentos em mídia. Uma discussão acerca de comunicação é explanada, a partir do desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação e seu processo de massificação, que ainda continua, tem reforçado a discussão à cerca da participação civil na democracia contemporânea

A metodologia desta pesquisa para análise da comunicação digital das prefeituras gaúchas buscou avaliar as plataformas utilizadas a fim de redimensioná-las dentro de uma análise mais sistêmica, identificando ferramentas que auxiliaram o

município nesse processo de comunicação. Através de uma busca pela internet foi possível definir parâmetros de análise, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH) e o número da população do município foram utilizados para compreender a atual situação municipal afim de servir, de forma comparativa, como contexto do panorama atual em que o município se encontra. Uma pesquisa com todos os 496 municípios do Rio Grande do Sul foi realizada para apontar a existência de portais municipais desses municípios, para então identificar quais os tipos de ferramentas comunicacionais estavam sendo usadas pelo mesmo. Em um segundo momento, a pesquisa se voltou para descobrir quantitativamente o número de municípios que utilizavam o ambiente virtual das redes sociais para auxiliar no processo de comunicação digital das prefeituras gaúchas.

Sabendo disso, o trabalho está sendo proposto a fim de estabelecer, diante dos pressupostos teóricos de comunicação e política, o atual panorama da utilização da comunicação digital nas Prefeituras municipais gaúchas.

1. A POLÍTICA, A SOCIEDADE, O ESTADO E A DEMOCRACIA

Neste capítulo, estão situados brevemente os conceitos de política, sociedade, estado e democracia com base em pesquisa bibliográfica a fim de aproximar esses temas tão complexos que têm vida própria e estão cheios de história.

1.1 Política

Ao discorrer sobre a política observam-se preconceitos e estes não podem ser ignorados, uma vez que fazem parte da vida; nem mesmo acentuados com argumentos inconsistentes. Estes preconceitos, no entanto, não são juízos definitivos, mas indicam que chegamos à uma situação na qual ainda não se sabe mover-se politicamente.

O perigo por sua vez é “a coisa política” desaparecer do mundo. Arendt (2002) apresenta com clareza a forma como lidar com esses preconceitos e os perigos da equivocada maneira de como, a sociedade trata da política atualmente:

"Por trás dos preconceitos contra a política estão hoje em dia, ou seja, desde a invenção da bomba atômica, o medo de a Humanidade poder varrer-se da face da Terra por meio da política e dos meios de violência colocados à sua disposição, e — estreitamente ligada a esse medo — a esperança de a Humanidade ter juízo e, em vez de eliminar-se a si mesma, eliminar a política" (ARENDR, 2002 p. 18)

Diversos autores tratam da importância de se fazer política e da crescente dificuldade de exercer política, como afirma Castells (2005) “A política é normalmente uma escolha estratégica para se lidar com a incerteza ou com a realidade vivida pelas populações ou países. Nos nossos dias, fazer política tornou-se cada vez mais importante e ao mesmo tempo mais difícil.” Colocando assim, a necessidade de incluir no espectro da política mais do que simplesmente a esfera institucional e seu exercício. Legitimando, dessa forma, o uso do conceito de política para expressar o Governo, o Estado e a atividade de especialistas, os políticos. Essa equivalência reduz o vasto campo da convivência entre homens distintos e sua ação conjunta de moldagem do seu mundo. A política se refere à homens atuantes e seu núcleo é a preocupação com o

mundo comum, em sociedade. “Sempre que os homens se agrupam, surge um espaço que os reúne e ao mesmo tempo os separa uns dos outros”, lembra Arendt (2002); a política surge no espaço entre os homens e estabelece relações dicotômicas: ao mesmo tempo em que agrupa, separa-os em diversos tipos de relações e convivência.

Com a ampliação desse conceito de política, é preciso ressaltar que o fato político é também um fato particular, distinto dos demais fatos sociais particulares. Na vida social, nem tudo é política. A política tem a ver com a constituição da sociedade, seu modo de instituição e com o tipo de intervenção e relação estabelecida entre os homens. Arendt (2002) aponta o equívoco de interpretação do *Zoon politikón* de Aristóteles, no qual a política é tida como uma essência natural do animal homem, no qual se difere de outros animais por ser um animal político, social e que sabe viver em comunidade. Segundo a autora, o homem não é naturalmente político, mas sim apolítico, pois a política não é feita para um homem sozinho, mas entre os homens. Os homens são produto mundano, e a política representa o ápice da convivência humana, não sendo natural e não existindo em toda parte onde os homens convivem; portanto não é próprio do ser humano nem à sua vida social.

Segundo Chauí (1995), a política foi criada pelo homem para além de expressar suas diferenças pudesse discutir a fim de melhorar a sociedade como um todo, como é possível analisar no seguinte trecho: “a política foi inventada pelos homens como o modo pelo qual pudessem expressar suas diferenças e conflitos sem transformá-los em guerra [...] foi inventada como modo pelo qual a sociedade, internamente dividida, discute, delibera e decide em comum”.

A política só existe onde se manifesta um espaço no qual os homens se reconhecem mutuamente como cidadãos, criando um horizonte comum, e a vida social em comunidade propriamente dita. A Política não possui uma definição única e incontestável; é desenvolvida baseada em diferentes visões e argumentos. Podemos defini-la quanto ao objetivo, o conteúdo e a finalidade, não existindo ainda um consenso à uma definição única e imutável. Azambuja (2008) propõe o viés do uso trivial e genérico da política, que a compreende como o substantivo ou adjetivo para ações, comportamentos, intuítos, manobras, entendimentos e desentendimentos dos homens (ou políticos) para a conquista do poder, ou uma parcela dele, ou ainda um lugar nele: eleições, campanhas eleitorais, comícios, lutas partidárias e etc.

No prisma filosófico, Bonavides (2009) entende em sentido lato, que a ciência política tem por objetivo o “estudo dos acontecimentos, das instituições e das ideias

políticas, tanto em sentido teórico (doutrina) como em sentido prático (arte)” ou ainda “a discussão de proposições respeitantes à origem, à essência, à justificação e aos fins do Estado, como das demais instituições sociais geradoras do fenômeno do poder, visto que nem todos aceitam circunscrevê-lo apenas à célula máter, que no caso seria naturalmente o Estado”.

1.1.1 O poder político

Parte importante para o entendimento da comunicação política reside nas reflexões sobre como o pensamento político se comporta ao longo do tempo (da antiguidade - 800 a.C- à atualidade). Kelly et al (2003) acredita que a teoria política se iniciou nas civilizações da China e Grécia antigas. Em ambos os lugares, surgiram pensadores que questionaram e analisaram o mundo ao seu redor de uma forma que hoje compreendemos como filosofia. A partir de 770 a.C., aproximadamente, a China fez parte de um tempo de prosperidade conhecido como o período da Primavera e Outono, no qual diversas dinastias governaram seus reinos de maneira pacífica. Confúcio foi reconhecido como o principal pensador da época, que combinou moral e filosofia política resultando em propostas para manutenção de valores morais chineses em um estado liderado por um governante virtuoso, assessorado por uma classe de ministros e conselheiros.

A base moral do homem, segundo Kong Fuzi (apud KELLY et al, 2013), que mais tarde ficou conhecido no Ocidente pelo nome de Confúcio, estava firmemente sedimentada em:

“...convenções chinesas e centrada nas tradicionais virtudes da lealdade, do dever e do respeito. Esses valores eram personificados no *junzi*: o “homem superior”, cuja virtude funcionaria como um exemplo para os outros. Cada membro da sociedade seria encorajado a aspirar às qualidades dos *junzis*.(Kelly, 2013 p. 12)

Entretanto na visão de Confúcio, a natureza humana não é perfeita mas pode ser transformada através dos exemplos de virtudes sinceras. A noção de reciprocidade, no qual um tratamento generoso resultaria em uma resposta também generosa, era o alicerce de seu pensamento político. Essa visão pode ser constatada nos seguintes pensamentos de Confúcio: “O homem superior governa os homens de acordo com sua natureza, com o que lhe é próprio, e, assim que estes mudam o que estava errado, ele se detém.” (apud KELLY et al, 2013) e “Quem governa pela virtude é como a estrela polar, que permanece imóvel no seu lugar enquanto todas as outras estrelas circulam respeitosamente em torno dela.”(apud KELLY et al, 2013).

Em sua proposta de sociedade, Confúcio baseou-se nos valores tradicionais chineses, modelando toda a sociedade conforme suas relações internas familiares, comparando a tricotomia Lealdade, Dever e Respeito com o amor de um pai e da obediência de um filho, e reforçando essas relações por cerimônias e rituais. Estendendo essas relações afetivas para a sociedade, “seus direitos e responsabilidades recíprocos dariam coesão à sociedade, criando uma atmosfera de lealdade e respeito entre os extratos sociais” (Kelly, 2013).

Na figura abaixo, Confúcio exemplifica a estrutura do governo baseando-o em três pilares: Lealdade, dever e respeito.

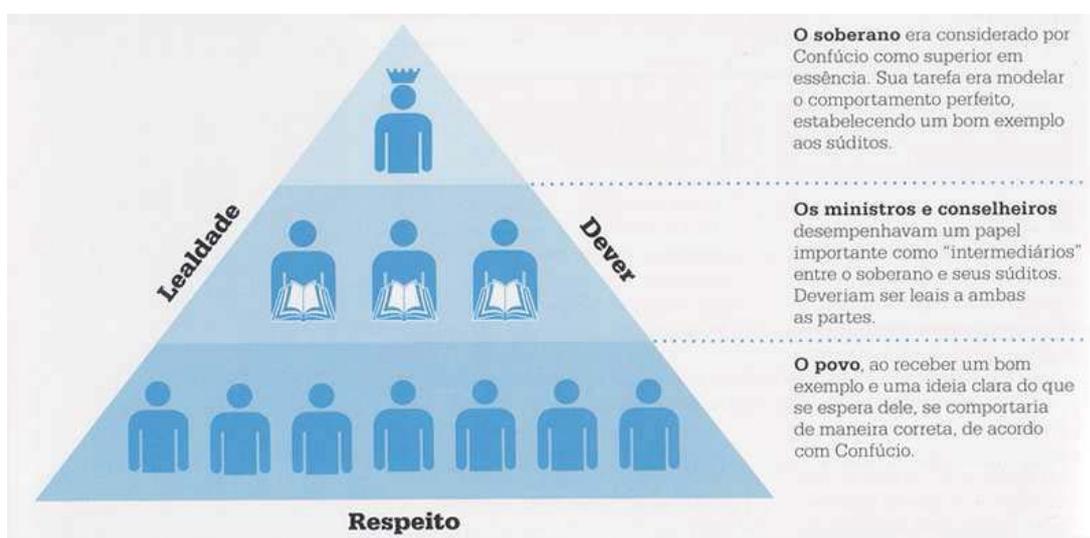


Figura 01 - Estrutura de governo segundo Confúcio

Fonte: KELLY, Paul [et al]. O livro da Política, tradução Rafael Longo. 1ª ed. São Paulo: Globo, 2013. (p. 24)

No final do século VI a.C., a China havia chegado ao fim de uma era de prosperidade pacífica. Muitas das ideias que até então eram focadas na filosofia moral

ou ética, acabaram dando espaço a diplomacia e guerra. Os governantes além de gerenciar seus assuntos internos precisavam também se defender contra ataques de reinos vizinhos, salienta Kelly (2013).

Nessa atmosfera, Sun Tzu no livro *A Arte da Guerra*, marcou a ruptura na filosofia política da época. Sua obra talvez tenha sido a primeira declaração explícita de que a guerra e a inteligência militar são elementos cruciais para os negócios do Estado. As bases do pensamento político de Sun Tzu estão nos valores morais de justiça, adequação e moderação, através da inteligência militar abordam aspectos práticos da proteção e da manutenção da prosperidade do Estado.

Simultaneamente ao desenvolvimento na China, na Grécia, iniciou-se a “era do ouro”(WEFFORT, 2005), a qual durou duzentos anos. Hoje chamado de período clássico, esse período foi o florescer da literatura, arquitetura, ciência e filosofia de Atenas, transformando-a num grande centro cultural e atraindo alguns dos principais pensadores da época. Dentre eles, o jovem seguidor de Sócrates, Platão que defendia um governo administrado por uma elite de “reis-filósofos”, ou ainda que, para o Estado ser bom, precisaria ser governado pelos virtuosos, e, enquanto os outros homens se preocupavam com dinheiro e honra acima de tudo, somente os filósofos valorizavam o conhecimento e a sabedoria, portanto a virtude. Este raciocínio leva ao entendimento de que só os interesses dos filósofos beneficiariam o Estado, como expressa Kelly (2003) “os filósofos deveriam se tornar reis e somente eles deveriam ter poder político”.

Diferente do que marcara a filosofia antiga, Maquiavel buscou em suas obras desbravar não o melhor Estado, aquele tantas vezes imaginado, mas que nunca existiu. Mas o Estado real capaz de impor a ordem (SADEK apud WEFFORT, 2005). Segundo Sadek (2003) seu ponto de partida e de chegada é a realidade concreta, sua regra metodológica era ver e examinar a realidade tal como ela é e não como se gostaria que ela fosse. Substituindo o reino do deve ser, pelo reino do ser, da realidade, descobrindo como se pode ser resolvido o inevitável ciclo de estabilidade e caos, comprovando “O interesse próprio do homem, por exemplo, pode ser visto em seu instinto de preservação. Mas quando ameaçado por agressões ou um ambiente hostil, ele reage com atos de coragem, trabalho e cooperação” (KELLY, 2013).

O fim é o que importa, o sucesso de um governo é julgado pelas conseqüências de suas ações e seu benefício para o Estado, não por sua moralidade ou ideologia. O uso da força e da violência era desculpável quando aplicado para o bem comum, tal política cria o temor, que é um meio de garantir a segurança do governante, Maquiavel abordou

que um governante ideal deveria ser tanto amado quanto temido, o temor manteria o líder numa posição muito mais forte, inspirando posteriormente ditadores e e presidenciáveis (Kelly, 2013).

Sadek (2003) frisa que Maquiavel provocou uma ruptura com o saber repetido pelos séculos, tratando-se de uma nova articulação sobre o pensar e fazer política, colocando um fim à ideia de uma ordem natural ou jogo de dados do acaso. A ordem agora deveria ser construída pelos homens e para os homens, evitando o caos e a barbárie, “resultado de feixes de forças, proveniente das ações concretas dos homens em sociedade.” (SADEK, 2005).

Já com o período do Iluminismo na sequência da Idade Média, foram apresentadas novas visões da natureza humana que não eram baseadas em doutrinas religiosas, Thomas Hobbes apresentou os humanos como “agentes racionais que buscam maximizar seu poder e agir de acordo com seus interesses próprios, já que agir de outra forma colocaria em risco sua autopreservação” (Kelly, 2013). Hobbes afirma que “os homens são absolutamente iguais, iguais o bastante para que nenhum possa triunfar de maneira total sobre o outro” (Ribeiro in WEFFORT, 2005), por isso “se não há um Estado controlando e reprimindo, fazer a guerra contra os outros é a atitude mais racional a ser adotada” (Ribeiro in WEFFORT, 2005). Com relação a este ponto, Kelly (2003) afirma que:

O estado de natureza - a guerra de todos contra todos - era comparado por Hobbes à guerra civil e só podia ser evitado se os homens entregassem suas armas a um terceiro - soberano - por meio de um contrato social que garantiria que todos os outros também o fizessem. O motivo para os agentes racionais entregarem sua liberdade a um governante absoluto era que a vida do estado de natureza era tão “solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta” que a liberdade seria sempre uma preocupação secundária, um luxo obtido a duras penas.. (Kelly 2013. p. 99).

Hobbes afirma que, diante da tremenda e sangrenta anarquia do estado de natureza: “Os homens tiveram que abdicar em proveito de um homem ou de uma assembleia os seus direitos ilimitados, fundando assim o Estado, o Leviatã, o deus mortal, que os submete à onipotência da tirania que eles próprios criaram (KELLY, 2013).

Sendo assim, para proteger os homens do seu estado de natureza, guerra e caos, um contrato deveria ser estabelecido entre o governado e os indivíduos e este permitiria, o soberano, ente externo, governar de forma legítima, ficando submetidos os cidadãos, em troca da entrega de sua liberdade individual, a fim de protegerem-se a si mesmos.

Renovando os ares e em defesa da liberdade e do individualismo, Mello traz a tona a figura de John Locke, considerado o fundador do Empirismo - doutrina segundo a qual todo o conhecimento deriva da experiência- muito conhecido pela teoria da tábula rasa do conhecimento, “é uma crítica à doutrina das idéias inatas, formulada por Platão e retomada por Descartes, segundo a qual determinadas idéias, princípios e noções são inerentes ao conhecimento humano e existem independentemente da experiência” (MELLO 2005).

Locke ainda afirma que “Em todas as situações de seres criados aptos à lei, onde não há lei não há liberdade... o objetivo da lei é preservar e aumentar a liberdade” (Kelly, 2013 p.107.). Kelly disserta ainda que Locke foi o primeiro a articular os princípios liberais de governo, a reconhecer que o propósito do governo era preservar os direitos dos cidadãos à liberdade, à vida e à propriedade, buscar o bem público e punir quem violasse-os:

“Juntamente com Hobbes e Rousseau, Locke é um dos principais representantes do jusnaturalismo ou teoria dos direitos naturais. O modelo jus-naturalista de Locke é, em suas linhas gerais, semelhante ao de Hobbes: ambos partem do estado de natureza, que, pela mediação do contrato social, realiza a passagem para o estado civil. Existe, contudo, grande diferença na forma como Locke, diversamente de Hobbes, concebe especificamente cada um dos termos do trinômio estado natural/contrato social/estado civil.” (MELLO, 2005. p. 84)

Em oposição à tradicional doutrina de Hobbes, Locke não igualou o estado de natureza à guerra e era contra um soberano absolutista e forte como defendia Hobbes.

Locke concordou com Hobbes que um governo legítimo seria baseado num contrato social entre os indivíduos na sociedade. O problema com o estado de natureza é que não haveria juízes ou uma polícia para impor a lei. As pessoas estariam dispostas a entrar na sociedade civil para que o governo assumisse esse papel. Para Locke isso não significava, necessariamente, democracia. A maioria poderia, de forma racional, decidir que um monarca, uma aristocracia ou uma assembleia democrática deveria governar. Uma questão importante era que o povo garantisse, por sua vez, revogar esse privilégio. (Kelly, 2013. p. 108.)

Desde então percebe-se que o simples ato de haver uma sociedade organizada, baseada em eleições e um convívio mútuo e respeitoso, no qual todos vivem sob regimento de leis e diretrizes, não necessariamente significava, viver em democracia. A verdadeira democracia para Hobbes era aquela em que o poder do povo fosse garantido, a fim de revogar privilégios decididos pelo estado.

1.1.2 Representação Política

Visando ampliar a compreensão da política, sua representação, funções e seu vínculo com poder, bem como o fato de o poder entrelaçar forças e competências, Bonavides (2009) explica que quando o poder repousa unicamente sobre a força, através de meios violentos para impor a obediência, esse poder será sempre um *poder de fato*, já quando o poder baseia-se menos na força e mais no consentimento e na aprovação do grupo, então será um *poder de direito*. A união dos poderes gera uma sociedade mais estável e unida, garantindo assim a autoridade:

O poder com autoridade é o poder em toda sua plenitude, apto a dar soluções aos problemas sociais. Quanto menor a contestação e quanto maior a base de consentimento e adesão do grupo, mais estável se apresentará o ordenamento estatal, unindo a força ao poder e o poder à autoridade. (BONAVIDES, 2009 p.116)

Dallari (2011) complementa como características do poder: a *socialidade*, poder como fenômeno social; e a *bilateralidade*, poder correlacionado de duas ou mais vontades. Este último muito parecido com o conceito proposto por Bonavides, no qual essas duas vontades podem ser traduzidas à força e ao consentimento e aprovação do grupo.

Além disso, é possível considerar-se o poder sob dois aspectos: ou como *relação*, quando se procede ao isolamento artificial de um fenômeno, para efeito de análise, verificando-se qual a posição dos que nele intervêm; ou como *processo*, quando se estuda a dinâmica do poder. (DALLARI, 2011 p.44)

Abordar o poder como um *processo* é de substancial importância pois influencia diretamente nas considerações sobre a legitimidade e a legalidade do poder, mesmo que ambas características se relacionem com a necessidade ou não do poder social.

É do conhecimento coletivo que existem formas de governo ideal no que não se apóiam em situações de “poder”, como o anarquismo por exemplo. No entanto, segundo Dallari (2011), o poder sempre existiu, não havendo qualquer documento que indicasse a possibilidade de ter existido, em alguma época, uma sociedade desprovida de poder:

As teorias negadoras do poder, quando se referem ao seu aparecimento depois de um certo período de vida social, apóiam-se apenas em suposições e hipóteses, não apontando qualquer dado concreto que sirva de comprovação, ou mesmo de indício, de que tenha existido realmente aquele período anárquico. (DALLARI, 2011 p.51)

Em diversas épocas e lugares, fica demonstrado que mesmo em sociedades bem organizadas e prósperas existem conflitos entre indivíduos ou grupos, tornando necessária a intervenção de uma vontade preponderante, para preservar a unidade ordenada em função dos fins sociais.

Nas sociedades mais primitivas, a ideia de vontade preponderante, ou de poder, era exposta por aqueles que eram tidos como mais aptos, fisicamente, justificando a necessidade de que atuassem na defesa do seu grupo contra ameaças externas. Fato este que culminou em um conjunto de instituições que controlam e administram a sociedade, conhecido como Estado.

1.2. A Sociedade e o Estado

Como se sabe, o conceito de sociedade civil atualmente é baseado nos princípios da modernidade europeia. Segundo Restrepo (1990) os filósofos antigos e teólogos medievais não conseguiram estabelecer distinções relevantes entre sociedade e Estado. As atividades econômicas da época eram reduzidas ao âmbito doméstico e orientavam-se pela satisfação cotidiana das necessidades familiares. O autor ainda afirma que naquela época, a sociedade ainda não existia, visto que:

A ausência do mercado faz com que a sociedade não tenha uma dinâmica própria, que lhe dê uma consistência independente frente à vontade do governante. Na verdade, a sociedade não existe. A vida em comum dos povos tem seu fundamento na vontade do governante: no chefe do clã, príncipe, rei ou imperador (RESTREPO, 1990 p. 22)

Com o surgimento da sociedade moderna, é conhecido um novo nível de ação social, independente da vontade dos governantes: a atividade econômica, não mais limitada à mera satisfação imediata das necessidades familiares, agora é destinada ao mercado nacional. Segundo Restrepo (1990), esse âmbito da ação se auto-regula com a mão invisível que rege o mercado encarregado de conciliar o interesse individual e o interesse geral, não requerendo a intervenção de terceiros, fazendo o Estado parecer desnecessário e concedendo-lhe o papel de simples árbitro externo daquelas relações sociais estabelecidas pelo mercado.

1.2.1 A sociedade

A Sociedade, algo interposto entre o indivíduo e o Estado, é a realidade intermediária, mais larga e externa, hora superior ao Estado, hora inferior ao indivíduo, enquanto medida de valor. Bonavides (2011) entende por sociedade:

O conjunto daqueles grupos fragmentários, daquelas “sociedades parciais”, onde, do conflito de interesses reinantes só se pode recolher a vontade de todos, ao passo que o Estado vale como algo que se exprime numa vontade geral, a única autêntica, captada diretamente da relação indivíduo-Estado, sem nenhuma interposição ou desvirtuamento por parte dos interesses representados nos grupos sociais impostos.(BONAVIDES, 2011 p. 64)

Dallari (2011) complementa que apesar da haverem grupos de pessoas reunidos em um determinado lugar em função de algum objetivo comum, “tal reunião, mesmo que seja muito grande o número de indivíduos e ainda que tenha sido motivada por um interesse social relevante, não é suficiente para que se possa dizer que foi constituída uma sociedade”.

Segundo Azambuja (2003) o Estado nada mais é do que a forma política da sociedade e resume-se a hierarquias e organização, representado por uma sociedade permanente de homens que habita um território fixo e determinado e tem um governo independente:

A forma política da sociedade, o Estado, mais do que qualquer outra, é essencialmente ordem e hierarquia, porque, englobando inúmeras sociedades, tem de conciliar-lhes a atividade e disciplinar a dos indivíduos que as compõem. Apesar de menores e englobadas no Estado, as demais sociedades são como ele naturais e necessárias à existência completa do homem e, por isso, o Estado, sem sacrificar-lhes os objetivos, deve traçar regras que as acomodem na organização política.(AZAMBUJA, 2003 p. 48)

Dallari(2011) afirma que a sociedade é resultante de uma necessidade natural do homem e tem por fim assegurar ao homem o desenvolvimento de suas aptidões, sejam elas físicas, morais ou intelectuais, impondo para isso, normas sancionadas pelo costume, a moral ou a lei, a fim de garantir o pleno desenvolvimento dessas aptidões. O autor destaca ainda os objetivos singulares dos homens, que transcendem os objetivos da sociedade:

Essa associação dos indivíduos, que passa a atuar soberanamente, sempre no interesse do todo que engloba o interesse de cada componente, tem uma vontade própria, que é a vontade geral. Esta não se confunde com uma simples soma das vontades individuais, mas é a síntese delas. Cada indivíduo, como homem, pode ter uma vontade própria, contrária até à vontade geral que tem como cidadão. Entretanto, por ser a síntese das vontades de todos, a vontade geral é sempre reta e tende constantemente à utilidade pública. (DALLARI, 2011 p. 29)

A sociedade simples tornou-se mais complexa com a evolução dos meios de controle da natureza, a invenção de ferramentas e a descoberta de dispositivos e ferramentas que possibilitaram a defesa e facilitaram o trabalho. A formação de grupos dentro da sociedade para a realização de tarefas específicas levou a um pluralismo social extremamente complexo. O que culminou, como propõe Bonavides (2009) em duas teorias acerca dos fundamentos da sociedade moderna: a orgânica e a mecânica.

Se a Sociedade é o valor primário ou fundamental, se a sua existência importa numa realidade nova e superior, subsistente por si mesma, temos o organicismo. (...) Se o contrário, o indivíduo é a unidade embriogênica, o centro irredutível a toda assimilação coletiva, o sujeito da ordem social, a unidade que não criou nem há de criar nenhuma realidade mais, que lhe seja superior, o ponto primário e básico que vale por si mesmo e do qual todos os ordenamentos sociais emanam como derivações secundárias, como variações que podem reconduzir-se sempre ao ponto de partida: a ele, ao indivíduo, aqui estamos fora de toda a dúvida em presença de uma posição mecanicista. (BONAVIDES, 2009 p.58)

Azambuja (2003) traz a família como a sociedade natural por excelência, sendo a primeira em importância, uma vez que alimenta, protege e educa. Igrejas, escolas, universidades, empresas, sindicatos, clubes, associações são instituições que o homem ingressa e o conjunto desses grupos sociais compõem a sociedade propriamente dita, a sociedade humana, a humanidade.

Um dos fatores concorrentes à formação de novas sociedades é o princípio básico de que homens que buscam o mesmos fins tendem a se agrupar para conseguir mais facilmente seus objetivos coletivos. Enquanto algumas sociedades são produto da escolha de uma finalidade, outras atuam em função da finalidade, o que caracteriza a diversidade das sociedades. Dallari (2011) comenta sobre Filippo Carli, sociólogo italiano que indica a existência de três categorias de grupos sociais, segundo suas finalidades que os movem: a) sociedades que perseguem fins não determinados e difusos (família, cidade, Estado); b) sociedades que perseguem fins determinados e são voluntárias, no sentido de que a participação nelas é resultado de uma escolha consciente e livre; c) sociedades que perseguem fins determinados e são involuntárias, uma vez que seus membros participam delas por compulsão (participação em uma Igreja). Assim pois, são sociedades políticas todas aquelas que, visando criar condições para a perpetuação dos fins particulares de seus membros, ocupam-se da totalidade das ações humanas, coordenando em função de um objetivo comum. Entre elas, a que atinge um círculo mais restrito de pessoas é a família, que é um fenômeno universal.

Dallari ainda afirma que a principal sociedade em importância, devido a sua capacidade de influir e condicionar, bem como sua amplitude, mais vasta que a família, menos extensa que a humanidade mas que decorre da obrigatoriedade dos laços com que envolve o indivíduo é a sociedade política, ou seja, o Estado.

1.2.2 O Estado: Município

O Estado como ordem política da sociedade é conhecido desde a antiguidade, todavia nem sempre teve essa denominação, nem tampouco envolvia a mesma realidade. A *polis* dos gregos, a *civis* e a *res publica* dos romanos eram conceitos que traduziam a ideia de Estado, em especial ao se tratar de personificação da comunidade e a imediata ordem política e cidadania. Bonavides (2009) faz referência à institucionalização do poder mediante uma operação jurídica na qual o poder se assenta numa instituição e não num homem. No ponto de vista filosófico, o autor aponta que as primeiras definições pertencem ao filósofo alemão Hegel, o qual definia o Estado como a “realidade da ideia moral”, a “substância ética consciente de si mesma” ou ainda “a manifestação visível da divindade”, colocando-o como síntese do espírito objetivo, que abrange a arte, a religião e a filosofia como princípio dialético da ideia, que concilia a contradição *Família e Sociedade*.

Azambuja (2003) entende que sociedade humana e sociedade política não são termos sinônimos pois somente no momento que o homem se emancipa da família, através da maioria, ele então passa a intervir na sociedade política. Esta tem fins mais abrangentes do que a família e nos Estados a autoridade política não tem correlação com a autoridade do chefe de família. O Estado, além disso é o coletivo de inúmeras famílias e sua origem é confundida com a origem da humanidade, pois segundo o autor “a teoria patriarcal é puramente conjectural, não tem confirmação alguma na experiência, e do ponto de vista lógico radica no equívoco a que aludimos”.

Todo Estado implica em um entrelaçamento de situações, relações, objetivos e justificativas que compreendem os aspectos jurídicos, mas que contém indissociavelmente conteúdo político. Dallari (2011) explica que como sociedade política, voltada para fins políticos, o Estado, convive com os fins jurídicos:

(...) participa da natureza política, que convive com a jurídica, influenciando-a sendo por ela influenciada, devendo, portanto, exercer um poder político. Este é o aspecto mais difícil e mais fascinante do estudo do Estado, pois introduz o estudioso numa problemática extremamente rica, dinâmica e polêmica, onde se faz presente a busca dos valores fundamentais do indivíduo, da sociedade e do Estado, a par da procura da organização mais eficaz para a promoção desses valores. (DALLARI, 2011 p 129)

O poder político pode ser considerado como o poder social que busca a obtenção do controle dos homens para o fim de influenciar o comportamento do Estado. Embora seja frequentemente utilizado para satisfazer, antes de tudo, a vontade e os interesses dos que o exercitam em nome do Estado, é necessário ressaltar que o uso do poder político, segundo Dallari (2011), mesmo que tenha aspiração pela máxima eficácia, não deixa de ter presente, necessariamente o interesse da coletividade ou dos indivíduos que a compõem.

O caráter político dá ao Estado a função de coordenar os grupos e os indivíduos em vista de objetivos a serem atingidos, impondo escolhas dos meios adequados. O Estado e o povo estão então permanentemente implicados num processo de decisões políticas, e estas enquadradas num sistema jurídico suficientemente capaz de conservar uma ordem orientada para determinados fins, “mas necessariamente flexível para permitir o aparecimento e a integração de novos meios para assegurar a constante reformulação da concepção dos objetivos, quando isto for exigido para manter as condições de vida social” (DALLARI, 2011).

Azambuja (2003) indaga sobre a finalidade do Estado:

Alguns consideram o Estado como um fim em si mesmo, como o ideal e a síntese de todas as aspirações do homem e de todas as forças sociais. O Estado é o fim do homem, o homem é um meio de que serve o Estado para realizar a sua grandeza. Outros sustentam exatamente o contrário: o Estado é que é um meio para o homem realizar a sua felicidade social, é um sistema para conseguir a paz e a prosperidade. O Estado tem fins, não é um fim. (AZAMBUJA, 2003 p.122)

Azambuja (2003), ao considerar o Estado um fato complexo, necessita ser compreendido e analisado sob todos os aspectos, sejam eles jurídicos, políticos, sociais ou filosóficos. Para exercer o Estado, o regime representativo é praticado nos Estados modernos sob diversas modalidades, e cada uma delas, “constitui uma variante da democracia e tem na linguagem corrente a denominação de formas de governo, como se

fossem novos tipos a acrescentar à classificação aristotélica” (AZAMBUJA, 2003 p.295).

Como forma de governo, o Brasil, atual cenário deste trabalho, adota a república, no qual segundo Bonavides (2009) “compreende a democracia e a aristocracia”:

A natureza de todo governo democrático consiste, segundo Montesquieu, em a soberania residir nas mãos do povo. Quanto ao princípio da democracia, temos a virtude, que se traduz no amor da pátria, na igualdade, na compreensão dos deveres cívicos. Com relação à aristocracia, sua natureza é a soberania pertencer a alguns e seu princípio a moderação dos governantes. (BONAVIDES, 2009 p.211)

Por sua vez, Dallari (2011) confirma essa vertente ao afirmar que “A república, que é a forma de governo que se opõe à monarquia, tem um sentido muito próximo do significado de democracia”, pois possibilita a “participação do povo no governo”. Quando o critério que se adota é o da separação dos poderes, no Brasil, deparamo-nos com o governo presidencial. O mesmo autor disserta, segundo as regras técnicas do rito constitucional, que o governo presidencial resulta num “sistema de separação rígida dos três poderes: o executivo, o legislativo e o judiciário, ao passo que o regime convencional se toma como um sistema de preponderância da assembléia representativa, em matéria de governo” (BONAVIDES, 2009 p.213).

Azambuja acrescenta que o governo presidencial se caracteriza pela independência dos poderes, não havendo subordinação e nem supremacia de um para outro. Assim o Poder Executivo é exercido de maneira autônoma pelo Presidente da República, um órgão representativo como o Parlamento, pois, assim como ele, é eleito pelo povo. Sendo assim plenamente responsável pelos atos de governo e administração:

Uma prerrogativa importante do Presidente da República no governo presidencial é o direito de veto, isto é, negar aprovação a leis feitas pelo Legislativo, caso em que este terá que votá-las novamente, só se tornando obrigatórias se aprovadas por dois terços dos membros do parlamento. (AZAMBUJA, 2003 p.297)

Em sua apresentação mínima do poder Executivo, através da República Presidencialista presente no atual local de análise deste trabalho, temos a figura da Prefeitura Municipal, órgão autárquico local constituído por diferentes órgãos do poder Executivo à nível de município, presente através da divisão territorial do Governo. Constituindo-se a base geográfica do poder, o território do Estado é definido de maneira a oferecer uma porção do solo onde pôr os pés, elemento constitutivo e essencial para a existência do Estado. Segundo Bonavides (2009) “O território estaria para o Estado assim como o corpo para a pessoa humana”.

Segundo Mello (2001) o município foi introduzido no Brasil no princípio do regime colonial, com base nas Ordenações Filipinas. Essa mudança transformou os atuais conselhos em câmaras, que eram compostas por “vereadores, com funções administrativas do procurador, espécie de advogado do município, dos almotacés, com funções executivas subaltermas e dos juízes ordinários, com jurisdição cível e criminal” (MELLO, 2001).

Durante o período colonial, Mello afirma que, as votações nas eleições municipais eram exercidas apenas por “homens bons”, isto é, apenas aqueles que possuíam propriedades rurais, excluídas as demais categorias.

O Estado Constitucional, no sentido de Estado enquadrado num sistema normativo fundamental, segundo Dallari (2011) “é uma criação moderna, tendo surgido paralelamente ao Estado Democrático e, em parte, sob influência dos mesmos princípios.” e complementa:

Em sentido geral, pode-se dizer que o constitucionalismo moderno tem sua origem mais remota na Idade Média, nas lutas contra o absolutismo, nascendo como expressão formal de princípios e objetivos políticos em 1215, quando os barões da Inglaterra obrigaram o rei João Sem Terra a assinar a Carta Magna, jurando obedecê-la e aceitando a limitação de seus poderes (DALLARI, 2011 p.198)

Desde a Constituição Federal de 1824, no qual as funções municipais e atribuições legais ainda não haviam sido definidas e não era assegurada na Constituição,

nem na legislação regulamentar, sua autonomia, os poderes, as definições e as funções municipais foram sendo modificadas até seu fortalecimento na Constituição de 1934, consequência da Revolução de 1930. Nela os municípios foram organizados, assegurando-se autonomia em tudo o que dissesse respeito ao seu peculiar interesse, explicitando a eletividade do prefeito e vereadores da Câmara Municipal, decretação de impostos e taxas, e organização dos serviços de sua competência. Além de finalmente definir as únicas formas de intervenção pelo estado que seriam exercidas única e exclusivamente para regularizar as finanças municipais, seja por impontualidade no pagamento de empréstimos ou a falta dele.

A consolidação da Constituição de 1937 e a ditadura estabelecida pelo presidente Getúlio Vargas, fizeram com que tanto os estados quanto os municípios perdessem sua autonomia. Ficando suprimidos os poderes legislativos dos três níveis de governo. Somente em outubro de 1945, com a deposição do presidente Getúlio Vargas, com a constituição de 1946, foi reestabelecida a democracia e o federalismo, fortalecendo significativamente os municípios, aos moldes da Constituição de 1934.

Diversas outras alterações foram afetadas na autonomia e nos poderes dos municípios com a com o passar dos anos e das diversas alterações nas Constituições, contudo existem algumas características que merecem destaque no sistema de governo municipal brasileiro, como por exemplo, a competência explícita e exclusiva das leis municipais, que prevalece sobre a lei ordinária estadual, a Constituição Estadual e a lei ordinária federal. Só não se sobrepõe, naturalmente, à Constituição Federal ou emendas constitucionais federais.

O sistema de governo municipal brasileiro, com independência dos dois poderes, Executivo e Legislativo (este representado pela Câmara Municipal), torna esses poderes obedientes apenas à lei e à justiça. O prefeito, por exemplo, não deve obediência ao governador do estado nem ao presidente da República, muito menos aos secretários estaduais e ministros federais, mas às leis que não violem a Constituição Federal.

Outra característica marcante, segundo Mello (2001), que garante plena autonomia do governo municipal é:

“a ausência de controle prévio dos atos municipais pelas esferas superiores de governo. Os municípios estão sujeitos ao controle interno pela Câmara Municipal (controle dos atos dos prefeitos) e ao controle externo das contas municipais pelos tribunais de contas dos estados e pelo Tribunal de Contas da União, quando se trata de recursos repassados aos municípios por convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres”.

O governo municipal é constituído de um Poder Executivo forte (o prefeito) e um Poder Legislativo (Câmara Municipal, constituída de vereadores), ambos eleitos democraticamente pelo povo (assim como o vice-prefeito). Entre algumas atribuições dos municípios estão: ordenamento territorial e ocupação do solo urbano (art 30, VII), organizar e prestar, os serviços públicos de interesse local (água, esgoto, luz, cemitérios, habitações, pavimentações, mercados, educação, saúde, recreação, transporte, segurança e etc), criação de conselhos municipais, criar formas de participação popular, além de diversas outras funções de competência da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, conforme o art. 23 da Constituição Federal:

Art.23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público; II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; III - proteger os documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência; VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII - preservar florestas, a fauna e a flora; VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar; IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos; XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios; XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Em essência, a Constituição busca a explanação das competências de todas organizações superiores da sociedade, na qual contempla desde o direito a democracia e a conservação do patrimônio público até políticas de educação e segurança no trânsito, e ainda, segundo Azambuja (2003 p.172), a Constituição compunha da própria organização do Estado, “discrimina os órgãos jurídicos, fixa-lhes a competência, declara a forma de governo, proclama e assegura os direitos individuais”, resultando em um Estado democrático e moderno.

1.2.3 Democracia e o Estado moderno

Segundo Azambuja (2003) “nenhum termo do vocabulário político é mais controverso que a Democracia”, afinal desde sua primeira definição por Heródoto, há quase dois mil e quinhentos anos, a significação do vocábulo tem variado, na prática vivemos em tempo de democracia confusa, a desordem começa na etimologia da palavra e se estende em regimes que são ou se dizem democráticos e diferem entre si como tempos antônimos. Com relação a atualidade do seu período de evolução tem-se a ideia de que cada povo é senhor do seu destino:

A democracia é, pois, o regime em que o povo se governa a si mesmo, quer diretamente, quer por meio de funcionários eleitos por ele para administrar os negócios públicos e fazer as leis de acordo com a opinião geral. Baseia-se em certas ideias, cujo reconhecimento e realização foi demorado e difícil, em reivindicações que foram a causa, e ainda são, de lutas prolongadas, quase sempre sangrentas, entre o povo e os indivíduos que lhe queriam impor pela força sua autoridade e sua vontade. (AZAMBUJA, 2003 p.237)

Uma das ideias mais profundamente arraigadas, em todos os povos da Europa e da América é o de que o povo têm o direito de escolher livremente seus governantes. Dallari (2011) indaga que existia sim alguma relação entre a ideia moderna de democracia daquela que se encontrava na antiga Grécia, na qual Aristóteles, no livro III de “A Política”, fazia a classificação dos governos, dizendo que o governo pode caber a um só indivíduo, a um grupo, ou a todo o povo. Mas ele próprio esclarece que o nome de cidadão só se deveria dar com propriedade à aqueles que tivessem parte na autoridade deliberativa e na autoridade judiciária.

Quando se fala em democracia como contraposta a todas as outras formas de governo autocrático, Bobbio (1986) a define como um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos elas serão tomadas.

O autor ainda complementa, afirmando que todo grupo social está obrigado a tomar decisões vinculatórias para todos seus membros, com o objetivo de prover a própria sobrevivência:

Mas até mesmo as decisões de grupo são tomadas por indivíduos (o grupo como tal não decide). Por isto, para que uma decisão tomada por indivíduos (um, poucos, muitos, todos) possa ser aceita como decisão coletiva é preciso que seja tomada com base em regras (não importa se escritas ou consuetudinárias) que estabeleçam quais são os indivíduos autorizados a tomar as decisões vinculatórias para todos os membros do grupo, e à base de quais procedimentos. (BOOBIO, 1986 p. 18)

Ainda segundo Dallari (2011), as transformações do Estado, seriam determinadas pela busca da realização de preceitos, os quais poderiam servir de demarcadores, como limites a qualquer objeto político, garantindo a participação do povo na organização, formação e atuação do governo e esses preceitos culminariam na existência de três pontos fundamentais, como exigências da democracia:

A supremacia da vontade popular, que colocou o problema da participação popular no governo, suscitando acesas controvérsias e dando margem às mais variadas experiências, tanto no tocante à representatividade, quanto à extensão do direito de sufrágio e aos sistemas eleitorais partidários. *A preservação da liberdade*, entendida sobretudo como o poder de fazer tudo o que não incomodasse o próximo e como o poder de dispor de sua pessoa e de seus bens, sem qualquer interferência do Estado. *A igualdade de direitos*, entendida como a proibição de distinções no gozo de direitos, sobretudo por motivos econômicos ou de discriminação entre classes sociais. (DALLARI, 2011 p.150)

As junções desses três preceitos fundamentais poderiam segundo Dallari (2011), garantir a participação, formação e atuação do povo no governo resguardando sua liberdade e igualdade. A cidadania, à luz dos conceitos de Marshall (1967), constitui-se na efetivação dos direitos pessoais nas dimensões civil, política e social. Garantindo direitos respectivamente, a liberdade individual de ir e vir, de propriedade, de expressão.

No entanto, mesmo para uma definição mínima de democracia, para Bobbio (1986) não basta somente a atribuição a um elevado número de cidadãos do direito de participar direta ou indiretamente da tomada de decisões, nem a existência de regras de procedimento, é indispensável uma terceira condição: “é preciso que aqueles que são chamados a decidir ou a eleger os que deverão decidir sem colocados diante de alternativas reais e postos em condição de poder escolher entre uma e outra” (BOBBIO, 1986)

Como mostra Viera (2000), os direitos civis, conquistados no século XVIII, e os políticos, reconhecidos no século XIX, são direitos de primeira geração, enquanto os direitos sociais, uma conquista do século XX, correspondem a uma segunda geração de direitos. Mas ainda na segunda metade do século XX, foram reconhecidos também os direitos de terceira geração que têm como titular não o indivíduo, mas os grupos humanos em suas diferenças, como uma nação da qual fazem parte minorias étnicas, mulheres, crianças e etc. Durante o mesmo século também desapontaram os direitos de quarta geração, relativos a bioética, que tentam impedir a destruição da vida e pretendem regular a criação de formas de vida em laboratório.

Como se pode observar, o status da cidadania se modifica, pois ela é construída ao longo da história e portanto, é histórica. Ela avança em qualidade, já que os direitos também se aperfeiçoam ou são ampliados. A percepção do que vem a ser um direito, segundo Peruzzo (2008), varia no tempo e no espaço, tendendo a avançar em qualidade de acordo com o grau de organização e da força mobilizadora da sociedade civil para forçar sua legitimação e consecução por parte do poder do Estado, do Legislativo e do capital.

Retomando os conceitos de Hobbes, Locke e Rousseau explanados anteriormente, a soberania, atributo do Estado moderno, traduz a independência e a igualdade do Estado em relação às outras Potências. Segundo Ferreira (2010), o Estado moderno é o resultado de um movimento político que objetiva “estabelecer em toda parte regimes constitucionais, quer dizer, governos moderados, limitados em seus poderes, submetidos às respectivas Constituições” (FERREIRA, 2010 p. 33).

Uma vez que o homem sempre buscou a causa dos fenômenos que o rodeiam, no mundo físico e moral, é natural, então, que surjam indagações sobre as origens das instituições políticas sob as quais vivem, o fundamento do poder e da autoridade. Conforme visto anteriormente, não há sociedade sem poder, todas as formas de sociedade são organizadas hierarquicamente e obedecem ao seu direito social próprio

para garantir sua sobrevivência e da sua sociedade. Há sociedades que possuem território, governo, mas no entanto não são Estados. O que é o caso dos municípios ou de províncias que dividem certos países. O poder próprio do Estado apresenta um caráter de evidente supremacia sobre os indivíduos e sua população. A esse peculiar poder do Estado, Azambuja a define como soberania “grau supremo a que pode atingir esse poder, supremo no sentido de não reconhecer outro poder juridicamente superior a ele, nem igual a ele dentro do mesmo Estado.” (AZAMBUJA, 2003)

Para Dallari, a soberania está sempre ligada a uma concepção de poder, o poder soberano não se preocupa com ser legítimo ou jurídico, importa-se apenas com que seja absoluto, não admitindo confrontações, em tal sentido, a soberania, estimulou um verdadeiro egoísmo entre grandes Estados, pois todos afirmavam soberanos e só agiam como tais aqueles que tivessem força para tanto. E para isso, classificou a soberania em quatro características em sua totalidade: *una, indivisível, inalienável e imprescritível*:

Ela é *una* porque não se admite num mesmo Estado a convivência de duas soberanias. Seja ela poder incontestável, o poder de decisão em última instância sobre a atributividade e das normas, é sempre poder superior a todos os demais que existam no Estado, não sendo concebível a convivência de mais de um poder superior no mesmo âmbito. É *indivisível* porque, além das razões que impõem sua unidade, ela se aplica à universalidade dos fatos ocorridos no Estado, sendo inadmissível, por isso mesmo, a existência de várias partes separadas da mesma soberania. Não se deve confundir a teoria da divisão do poder, de que mais adiante se tratará pormenorizadamente, como uma forma de divisão da soberania, pois a chamada divisão do poder é, na verdade, uma distribuição de funções. A soberania é *inalienável*, pois aquele que a detém desaparece quando ficar sem ela, seja o povo, a nação, ou o Estado. Finalmente, é *imprescritível*, porque jamais seria verdadeiramente superior se tivesse prazo certo de duração. Todo poder soberano aspira a existir permanentemente e só desaparece quando forçado por uma vontade superior. (DALLARI, 2011 p.87)

Em quase sua unanimidade, as constituições modernas proclamam o princípio de que na soberania, o poder pertence ao povo ou à nação, o que podemos comprovar na Constituição brasileira de 1967, art. 1º: “Todo o poder emana do povo, e em seu nome é exercido”. Poder esse que emana do povo e o encoraja a discussão sadia e argumentativa entre a sociedade, isso é o que chamamos de processo de deliberação.

Segundo Malva (2011), a deliberação pública é geralmente considerada “um instrumento de construção de cidadania, pois instaura uma dinâmica interlocutiva em que diferentes atores podem argumentar e discutir assuntos de interesse de todos face a face”.

Com o surgimento da internet e de conseqüentemente de comunidades virtuais, os princípios que regem a deliberação foram, segundo Habermas (1997) adaptados ao contexto virtual a fim de afirmar se a internet poderia oferecer condições de abrigar esferas públicas deliberativas. Atualmente, “é possível afirmar que processos de deliberação pública ultrapassam barreiras de tempo e espaço, dando lugar, talvez, a diálogos mais participativos, inclusivos e de maior publicidade” (MALVA, 2011).

Porém para que haja a deliberação, seja ela física ou digital, os participantes devem entrar em comum acordo sobre as regras e os princípios normativos que regem o andamento do processo deliberativo. Dentre esses princípios que guiam tanto a deliberação quanto a formação de uma esfera pública, pode-se destacar :

Paridade de status e igualdade: todos têm o direito de se manifestar independentemente de seu status, vencendo então o melhor argumento; Transparência e publicidade: deve haver argumentos, regras e premissas acessíveis e entendíveis a todos; Inclusão de todos os envolvidos: é preciso ouvir e justificar mutuamente todos os argumentos para só então poder dizer se são válidos ou não; Racionalidade: a capacidade do participante de transformar uma questão que atinge a ele em outra que atinja a todos. Os argumentos devem ser construídos de forma que sejam aceitáveis por todos e possam ser desafiados e justificados; Reciprocidade: os participantes devem ter a capacidade de adotar o ponto de vista de outros participantes e responder-lhes. (MARQUES, 2010 p.113)

A deliberação não é unicamente uma constante busca por soluções para problemas específicos da sociedade, mas é também um processo que utiliza a reflexividade para auxiliar os cidadãos a construir um entendimento e um raciocínio melhor sobre determinada questão que seja de interesse coletivo (Habermas, 1997). O espaço público é caracterizado por promover a visibilidade de opiniões e de indivíduos, enquanto a esfera pública é caracterizada por promover a discussão e a democracia (MALVA, 2011). Bohman acredita que “para a internet ser considerada uma esfera pública, ela precisa ser um fórum no qual os participantes possam expressar suas

opiniões e obter uma resposta dos demais sobre esse mesmo ponto de vista” (BOHMAN, 2004), dando suas opiniões e respeitando as alheias, manifestando assim seu compromisso de liberdade e igualdade entre todos os participantes, através de normas e regularização assumidas pela plataforma.

Já para Maia (2008), “a internet é capaz de alimentar esferas públicas de discussão a partir do momento em que determinadas arquiteturas e interfaces admitem o debate expandido no tempo”, permitindo assim “a retomada de perspectivas, a contraposição de argumentos e a justificação recíproca de pontos de vista”.

2 A COMUNICAÇÃO E A POLÍTICA

A comunicação e a política são dois conceitos distintos, mas que necessitam trabalhar juntos para projetar, principalmente a política em relação à comunicação. Gomes (2004), a partir de uma análise histórica afirma que “em algum momento nos anos 60 o surgimento de tentativas de se pensar não mais simplesmente os efeitos da comunicação nos fatos da política, mas a relação entre duas grandezas institucionais: a comunicação e a política”.

Hoje muito se discute que a prática da política atual absorve um grande número de saberes e esforços destinados a produção e formação das opiniões. Entende-se que “grande parte das energias dos agentes da política contemporânea se destina a fazer com que uma grandeza demograficamente relevante de pessoas pense e sinta determinadas coisas a respeito de determinados sujeitos” (GOMES, 2004)

A política por assim dizer, pode ser interpretada como uma constante luta por poder, na qual sua principal arma descobriu-se ser: a comunicação. Fato esse afirmado por Weber (2000) “com diferentes estratégias e denominações, a política sempre se expôs, se promoveu e se disse para a sociedade. Como espetáculo, teatro, discurso, seu modo de falar tem a lógica da retórica, do convencimento, da comprovação, da busca de confiança, aprovação ou obediência”.

Com o passar dos anos a política e seus meios de aplicá-la se transformaram em algo muito mais complexo, envolvendo mais pessoas e assim além de desejando, necessitando persuadir cada vez mais eleitores, na busca por vitória nas urnas e na permanência em centros de decisões, recorrendo muitas vezes à artimanhas, ou das mais variáveis manobras para estarem presentes na mídia e seus nomes e números jamais serem esquecidos. Segundo Weber (2000) isso acontece, porque, “a política, como as mídias detém o poder das palavras. Essas carregam a legitimidade de quem as pronuncia e, se dotadas adequadamente, como táticas, produzem efeitos reais. No discurso está o poder da mídia e da política”.

Cada cidadão segue uma filosofia política e por hora um partido político, podendo haver mudanças nesse posicionamento em diversos momentos de sua vida. Esses partidos, alguns conhecidos, outros de menor expressão, possuem linhas específicas de discursos, principalmente em períodos eleitorais. A mídia ajuda nesse

processo de definição de posicionamentos, demonstrando a importância desses meios como propagadores da imagem e suas percepções. Weber ressalta,

As mídias são, portanto, organizações indispensáveis às operações políticas e comprovam, permanentemente, sua força como entidades complementares ao poder, devido a sua lógica, linguagem e estética fundamentais à captura do imaginário social, através da transmissão ininterrupta de bens simbólicos, mercadológicos e políticos (2000, p.16).

Entende-se que política e comunicação trabalham juntas e possuem objetivos semelhantes. Às vezes, podem ter opiniões divergentes, conforme ideais singulares, porém podem causar prejuízos para ambas as partes. A política por sua vez, se torna mais prejudicada, visto que sua potencialidade de penetração “nas casas da população” para se defender é muitíssimo menor do que a mídia. Visto isso, compreende-se então a importância de manter uma imagem pública positiva perante a comunidade.

A mescla de comunicação e política deve ser mais do que simples difusão de informação pura e direta, para Peruzzo (2004) um meio de comunicação serve para muito mais do que isso, serve principalmente para educar:

Um meio de comunicação não serve somente para difundir conteúdos, mobilizar e conscientizar. A participação ativa do cidadão na feitura da comunicação, ou seja, na criação, sistematização e difusão de conteúdos, e nos demais mecanismos inerentes ao processo comunicativo também é educativa porque possibilita à pessoa sentir-se sujeito. Ela se desenvolve intelectualmente. Aprende a compreender melhor o mundo e se sente capaz de interferir no seu entorno e na sociedade como um todo, visando assegurar o respeito aos direitos humanos não apenas de si própria, mas dos seus semelhantes. (PERUZZO, 2004 p. 164)

Nesse aspecto, lembrando Paulo Freire (1970), que já alertava para a importância de a pessoa, especialmente o pobre e o oprimido, recuperar a palavra e agir como cidadão ativo, pois essa palavra além de ser recuperada deve ser difundida para que o cidadão se complete e sinta-se parte da sociedade.

2.1 Comunicação Pública

Com o fim da censura e o com o processo de redemocratização pós-regime autoritários ditatorial no Brasil, e embasados num cenário no qual ganhava força o desenvolvimento tecnológico, com a conquista do Código de Defesa do Consumidor e a contínua atuação dos movimentos sociais, fora gerada uma necessidade de informação e tratamento igualitário nas relações estabelecidas entre o cidadão, o Estado e as instituições.

Nessa conjuntura de necessidades e interesses da sociedade atual vemos surgir o conceito de comunicação pública. Segundo Duarte (2010), a Comunicação Pública ocorre no espaço formado pelos fluxos de informação e de interação entre agentes públicos e atores sociais (governo, Estado e sociedade civil - inclusive partidos, empresas, terceiro setor e cada cidadão) em temas de interesse público. Tratando do compartilhamento, negociação, resolução de conflitos e busca de acordos a fim de conjugar interesses referentes a temas de relevância coletiva. Duarte (2010) conceitua que comunicação pública “ocupa-se da viabilização do direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e expressão”, além de assumir a “perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo”.

Assim como a própria Constituição Federal de 1988 estabelece os direitos inalienáveis do cidadão e seu acesso a informação e a livre manifestação do pensamento, como visto anteriormente, a mesma trouxe a prerrogativa da participação da população nas decisões que interferissem na sociedade. Logo, através das eleições diretas e com a ampla participação de homens e mulheres, sem restrição de cor, credo, ou classe social, resultou no conceito de democracia, sistema estabelecido pela Constituição Cidadã, na qual possibilitava o poder do povo e para o povo, garantindo o exercício democrático e permitindo que a própria sociedade opinasse nas decisões de esfera coletiva, impedindo que ações autoritárias depreciassem o poder de participação da coletividade. E para participar de forma efetiva dessas decisões públicas, o cidadão precisava de informação. Entretanto, “gerar comunicação de qualidade é mais do que aumentar a quantidade e potência das mensagens” (DUARTE, 2010), implica em criar uma cultura de comunicação que “ultrapasse todos os setores envolvidos com o interesse público, o compromisso do diálogo em suas diferentes formas e de considerar

a perspectiva do outro na busca de consensos possíveis e de avançar na consolidação da democracia (DUARTE, 2010).

A comunicação pública atua sob diferentes instâncias e é apoiada em distintos instrumentos e concebida como encaminhamento democrático no qual objetiva melhores resultados que envolvam o interesse coletivo no qual sua principal contribuição a relação dialógica entre o cidadão e o Estado

Por muito tempo a comunicação pública havia sido resumida à comunicação governamental, e isso é tão inexato quanto limitar a comunicação política ao ato de fazer propaganda política e as relações públicas aos eventos. O esforço para definir com exatidão a expressão “comunicação pública” tem sido inversamente proporcional a seus resultados, contudo, Nobre (2008), apresenta uma proposta agregando muitas possibilidades apresentadas por outros autores, e a define como:

[...] toda comunicação sobre bens, serviços, agentes, planos, políticas, ações ideias, causas, atitudes e comportamentos públicos, no que têm propriedade, uso, interesse, utilidade, relevância e prioridade públicos, para a garantia e a promoção das liberdades e direitos dos indivíduos vivendo em sociedade. Noutras palavras: toda comunicação sobre assuntos tornados ou tornáveis públicos, dado que tiveram, têm ou terão relação com a vida prática (ou conceitual) em sociedade, com o intuito de implantar e ampliar o exercício individual e coletivo da cidadania. (NOBRE, 2008 p.1)

Percebe-se então a interferência de diversas questões relevantes para a comunicação pública, como por exemplo: quais são seus agentes, onde vivem e onde se encontram, como interagem, com quais intenções, com quais objetivos e quais são os resultados dessas interações. É preciso dizer que os agentes públicos permeiam todos os setores da sociedade, e não somente fazem parte do governo, como propõem Marques e Matos (2011), no qual apresentam cinco setores da sociedade para a comunicação pública: governo, empresas, sociedade civil através de ONG's, mídias e universidades.

Como gestor da “máquina pública”, o governo, primeiro setor da comunicação pública é prestador de serviços comunitários, sendo o mais visível agente da comunicação pública, no qual através de leis, tem de comunicar planos, projetos e ações de interesse coletivo e utilidade pública - justamente como contrapartida da arrecadação de impostos.

As empresas assumem o segundo setor quando o assunto é o respeito aos stakeholders¹, convidando-os a participar e a colaborar, e mantendo-os informados de forma proativa, há bastante da definição de comunicação pública. Além de outros aspectos bastante difundidos no ambiente de mercado e que também comungam aspectos da comunicação pública, como por exemplo: responsabilidade social, accountability², governança corporativa e sustentabilidade ambiental.

Como terceiro setor, a sociedade civil organizada é apresentada e embora as ONGs não sejam propriamente uma propriedade pública, a ideia dos cidadãos cooperando implica a de comunicadores públicos interagindo, por isso fazem parte do terceiro setor da comunicação pública.

Como penúltimo setor da comunicação pública, as mídias se apresentam no quarto setor quando o caráter público, apesar da busca de lucro, as mídias tem o papel de informar, discutir, analisar, debater, criticar, fiscalizar, divulgar, prestando assim serviços públicos para a sociedade e garantindo seu próprio setor.

E por fim, a comunicação pública do quinto setor (universidades): além de contribuir efetivamente para o raciocínio e a neutralidade do debate social, seu caráter público está em ultrapassar o político e o econômico para pensar e discutir o social.

Segundo Marques e Matos (2011) “cada setor da sociedade atua como comunicador público perante os outros, mas também internamente”. O governo, por exemplo, faz comunicação pública em relação às empresa, ONGs, mídias e universidades, e igualmente ao próprio governo.

Dentre outros autores que trabalham com conceitos de comunicação pública, Habermas (2003) introduz aspectos da comunicação pública entendida em proximidade ao conteúdo das conversas cotidianas que acontecem no espaço público. Segundo o autor, a esfera pública é “um fenômeno social elementar” e não uma ferramenta do discurso individual, institucional ou coletivo. De acordo com o autor, a comunicação pública se faria em formato de redes, na qual “a periferia consegue preencher essas expectativas fortes, na medida em que as redes de comunicação pública não institucionalizada possibilitam processos de formação de opinião mais ou menos espontâneos.” (Habermas, 2003)

¹Grupos ou indivíduos que influencia ou é influenciado pelo alcance dos objetivos da organização. Ou ainda grupos ou indivíduos que a organização depende para sobreviver.

²Termo que remete à obrigação de membros de um órgão administrativo ou representativo de prestar contas à instâncias controladoras ou seus representados. Pode também ser usado como suposição de responsabilidades para ações, decisões e políticas incluindo a obrigação de informar, explicar e ser responsáveis para resultar em conseqüências positivas.

Além de nos remeter à conceitos baseados nos estudos kantianos sobre “justiça política e publicidade” para descrever comunicação política, Habermas (2003) critica o entendimento para o qual haveria um partilhamento do “espaço público entre, de um lado, os atores da comunicação pública e, de outro lado os espetadores da comunicação pública”, reforçando a necessidade da negação da publicização para a construção de interlocuções, interlocutores e perspectivas democracias deliberativas, condição essencial para sociedades cujas liberdades individuais e sociais trabalhariam para atingir um formato ideal de comunicação. Entende-se desta forma, que o acesso a informação através da comunicação pública é fundamental para que os cidadãos possam participar politicamente.

2.2 Comunicação Política

De uma comunicação baseada em relações interpessoais entre políticos e jornalistas, a comunicação política tornou-se um processo profissionalizado e especializado de comunicação estratégica na qual intervém um conjunto de atores que pretendem influenciar o fluxo das notícias (SERRANO, 2010). Tal profissionalização tem sido apresentada como consequência das mudanças no comportamento do eleitorado, e sua diversificação e expansão de suportes e conteúdos. Segundo Serrano (2010) “a internet introduziu importantes mudanças na comunicação política.” Cada vez mais “os políticos recorrem às novas tecnologias para comunicarem diretamente com os cidadãos-leitores através das chamadas redes sociais”.

Segundo Martins (2006) a “comunicação é o elemento estrutural da dinâmica de funcionamento dos sistemas políticos”, logo, é essencial para que toda e qualquer ação política se concretize. Bobbio (1986) refere ainda que a “Comunicação Política é o sistema nervoso de toda a unidade política”.

Em contexto comunicacional e informacional presente nas relações da sociedade contemporânea, com o objetivo de compreender as implicações da tecnologia nas relações humanas e nas formas de comunicação e relacionamento do Governo com seus municípios. Ramonet (1999) comenta:

Há um século, o conflito entre imprensa e poder é uma questão da atualidade, mas tomada uma dimensão inédita hoje, porque o poder não é mais identificado só ao poder político (o qual, além disso, vê suas prerrogativas roídas pelas ascensão do poder econômico e financeiro) e porque a imprensa, os meios de comunicação de massa, não se encontram mais, automaticamente, em relação de dependência com o poder político; o inverso é quase sempre o caso. Pode-se até mesmo dizer que o poder está menos na ação do que na comunicação. (RAMMONET, 1999 p.97)

Considera-se então, que os estudos sobre comunicação, política, meios de comunicação e suas características, diferem em cada contexto social e histórico. Gomes (2004) relata sobre a percepção dos meios como instrumentalidades e ambiência e

compreende que estes se definem como plano de fundo para o estudo da comunicação pública e política, especialmente da comunicação entre Governos e o cidadão, através da comunicação digital oficial das prefeituras gaúchas, foco deste trabalho.

Froemming (2009), da mesma forma, enfatiza as discussões que permeiam as esferas de disputa por imagem e reconhecimento público, interligando a proposta e fornecendo o conhecimento necessário para uma análise contextualizada, ampliando o olhar analítico e crítico para além daquilo que a comunicação pública pode oferecer. Assim, ao contemplar o contexto tecnológico da sociedade, é possível compreender a noção de midiaticização (SODRÉ, 2002), na qual os fenômenos comunicativos da atualidade são relações sociais de forma amplificada.

Nesta perspectiva, a noção de comunicação pública proposta por Weber (2011), pelo seu caráter sistêmico e estabelecido em rede com tema pautado pelo interesse público, é também uma lógica midiaticizada ajustada pelos interesses de mercado (SODRÉ, 2002). A tais interesses, relacionam-se a disputa por visibilidade e credibilidade estabelecida em torno da construção da imagem pública de seus agentes políticos e suas estratégias comunicacionais. A partir deste contexto midiaticizado contemporâneo e das transformações da comunicação política, temos um cenário que define a importância dos meios de comunicação nas relações sociais, institucionais e políticas, propostos neste estudo pela ambiência digital.

Levando em consideração os eixos propostos, torna-se indispensável discutir como o ambiente digital amplia o leque de possibilidades de construção da imagem pública entre o Governo e o cidadão. Para CHADWICK (2006), é evidente que houve mudanças na comunicação mediada em larga escala com o advento da internet, para as até então mídias tradicionais, sobretudo na relação emissor versus receptor que caracterizou as tradicionais mídias de massa.

Estes papéis, traduzidos para os dias atuais, seriam mais complexos e menos engessados no ambiente digital, já que agora, os atores políticos passaram a ser também emissores de informação - e porque não, geradores de conteúdo. O Governo passou a ter instrumentos palpáveis para assumir de modo mais rápido, eficiente e barato o papel não apenas de difusor de informação, mas também o de produtor de conteúdo.

Chadwick, por exemplo, acredita que as novas mídias “fornecem novos cenários para a auto-publicidade do governo, que lhes permite ignorar meios de comunicação hostis”, e ofereceria, assim, novas oportunidades para intensificar e diversificar a comunicação com os cidadãos a fim de continuar sustentando suas posições de poder.

(CHADWICK, 2006). A partir dessas conclusões é possível identificar diferenças importantes entre a comunicação política do Governo sob influência das mídias tradicionais e aquela exercida por ele próprio, através das avançadas ferramentas digitais para estoque, ordenamento, criação e difusão de informações via rede internacional de computadores (CHADWICK, 2006).

Durante o século XX, o Governo criou ferramentas de comunicação próprias, como rádios, TV's, diários oficiais e informativos; porém, estes meios só vinham a público através de agentes intermediários, como jornalistas, *lobbyistas* ou ativistas políticos. Analisando mais amplamente, este efeito de eliminação de intermediários, pode ser visto também como parte de um fenômeno que afetará outras instâncias políticas como campanhas eleitorais e políticas, além também, de afetar a militância, como afirma Johnson (2004):

O ativismo eletrônico do cidadão tenta eliminar os intermediários da política; ignorar os meios de comunicação estabelecidos, e deixar que todos os candidatos tenham sua chance através de ciber-debates; subverter o percurso oneroso de aquisição de espaços televisivos para anúncios de campanha publicitária e ir diretamente às pessoas através website de uma campanha; olhar para os documentos originais e dados brutos em vez de confiar no brilho de um comentarista de televisão; ou falar diretamente com o ocupante do cargo, eliminar seus assessores e intermediários. Aqui, os chamados intermediários são autoridades eleitas e a solução é ir diretamente ao povo através da comunicação online. (JOHNSON 2004, p. 117)

Através da internet e das redes sociais, a política encontrou uma ferramenta que possibilita o contato direto com seu público-alvo, o eleitorado, podendo assim complementar suas táticas e estratégias de campanha para além dos meios tradicionais. Segundo Barnett (1997 apud Canavilhas, 2009) “os espaços digitais de debates começam a ter um papel realmente importante no processo de comunicação política, isso porque dá voz ao cidadão, simplesmente pelo fato de permitirem a interatividade, muito diferente das mídias tradicionais que eram vias de mão única”.

Contudo Canavilhas (2009) levanta outra questão relevante sobre o uso da internet para a política, fazendo a observação de que muitos políticos usam a internet simplesmente como mais um dispositivo de campanha, um repassador de informações, não havendo assim a interação. Além de uma forma de atrair os jovens para a política e

uma oportunidade de renovação com a juventude, a internet tem, principalmente, a capacidade de criar proximidade com o público-alvo, engajando-os e tornando-os verdadeiros embaixadores. Canavilhas (2009) traz algumas vantagens sobre o uso da internet como instrumento que pode auxiliar a comunicação política:

Aumentam a percepção cívica dos cidadãos, pois um fator que afasta os cidadãos da política é a ideia generalizada de que a sua opinião conta apenas nos momentos eleitorais. O contato regular com os políticos nas redes sociais, ainda que virtual, devolve aos cidadãos a importância que sentem merecer, reaproximando-os da política; O fato de a internet ser um meio especialmente apreciado pelas gerações mais novas, o que pode funcionar como uma motivação extra para chamar os jovens à vida política; Em termos de novas tecnologias, os jovens são influenciadores no seio familiar. Por isso, é natural que a informação recebida através da internet passe de filhos para pais, aumentando assim a audiência das mensagens difundidas pelos novos aplicativos. (CANAVILLHAS, 2009 p. 73)

Mais do que aumentar o alcance das mensagens e reaproximar com seus públicos, a internet permite, na comunicação política, a interação entre os atores sociais, dando maior liberdade de expressão aos cidadãos e a outras pequenas forças políticas. Isso nem sempre acontece nos tradicionais meios de comunicação, pois demasiadas vezes não conseguem prosseguir com suas mensagens, uma vez que são meios muito mais controlados pelos produtores que a detêm, senão o poder da palavra, o poder do acesso e utilização dos meios.

2.3 Da Comunicação Digital ao Website Institucional

Ao longo da história e de nosso processo de socialização, vimos o homem numa busca de formas, meios e métodos de expressar suas necessidades e anseios, e em uma constante procura de transmitir e dialogar sobre essas expressividades. A comunicação sempre foi o agente das grandes mudanças e a medida em que fora evoluindo, o homem encontrava sinergia entre modos, formas e meios de expressão.

Para muitos, a internet fora considerada como uma tecnologia de ruptura, um imenso divisor de águas para a comunicação, como propõem Santos e Devezas (2003) “a internet constitui-se em uma autêntica inovação de base, que está a transformar profundamente todo o sistema socioeconômico”, ficando evidente aceleração dos ciclos tecnológicos da comunicação humana.

Antes do uso da Internet no cenário mundial, os partidos explicitavam suas estruturas graças aos seus jornais partidários, spots em rádios ou matérias nos jornais, revistas e VT's na televisão, ou até mesmo em comícios. Depois do início dos anos 90 no século passado, muitos partidos começaram a publicar algumas páginas na rede, exclusivamente dedicadas a alguns personagens do partido ou às organizações. A rede passou então a representar para os partidos a oportunidade de obterem um contato direto com os cidadãos a fim de instituir um fluxo contínuo de informações entre os diversos atores políticos e seus públicos-alvo, os eleitores.

2.3.1 Ciberespaço

A virtualização da informação trouxe um novo mundo para toda a sociedade, que passou a ter uma infinidade de informações ao seu alcance no momento em que desejar. Esse evento auferiu à sociedade novas possibilidades de interação com as mais variadas pessoas. Podemos chamar esse espaço virtual de Ciberespaço. A palavra surgiu do clássico romance de ficção científica de William Gibson, *Neuromancer*, no qual designa ciberespaço como o espaço criado pelas comunicações mediadas por computador:

O ciberespaço pode ser, portanto, considerado como uma virtualização da realidade, uma migração do mundo real para um mundo de interações virtuais. A desterritorização, saída do “agora” e do “isto” é uma das vias régias da virtualização, por transformar a coerção do tempo e do espaço em uma variável contingente. Esta migração em direção à nova espaço-temporalidade estabelece uma realidade social virtual, que, aparentemente, mantendo as mesmas estruturas da sociedade real, não possui, necessariamente, correspondência total com esta, possuindo seus próprios códigos e estruturas (GUIMARÃES, 1997)

Esse ambiente virtual, que abriga essa nova “realidade”, está em constante aprimoramento e expansão através da contribuição contínua dos usuários, enviando ou recebendo informações de todos os lugares e projetando suas vidas através da tela de um computador. Por todas essas características, o ciberespaço, segundo Lévy (2000) acabou se tornando o principal canal de comunicação e acervo de memória da humanidade.

A internet, segundo Santaella (2004), é o ciberespaço, constituindo-se como um novo ambiente de comunicação e hipermídia:

[...] no sentido mais amplo, ele se refere a um sistema de comunicação eletrônica global que reúne os humanos e os computadores em uma relação simbiótica que cresce exponencialmente graças à comunicação interativa. Trata-se, portanto, de um espaço informacional, no qual os dados são configurados de tal modo que o usuário pode acessar, movimentar e trocar informação com um incontável número de outros usuários. (SANTAELLA, 2004, p.45)

A comunicação interativa, ou também chamada de hipermídia, é caracterizada pela junção de linguagens, códigos, mídias e processos sígnicos, ou seja, pela mistura de sentido que é capaz de produzir (SANTAELLA, 2004).

Além de potencializar a combinação das linguagens, permite organizar os fluxos informacionais em arquiteturas não-sequenciais, multidimensionais, dando suporte à infinitas opções de leitura. Ou seja, a internet é a junção de hipermídias que quebram a linearidade, própria da linguagem das mídias tradicionais, em unidades ou módulos de informação.

A internet ajudou a potencializar os elementos já existentes das mídias tradicionais, como a preocupação de produzir, organizar e publicar conteúdos para o consumo rápido, porém é válido alertar os riscos da rapidez das informações na era da internet, principalmente no meio político:

Os políticos estão em ótima posição para sabê-los, conhecendo a diferença que existe entre velocidade de informação e dificuldade de ação política. Em democracia, se sabe, que as condições de ação são lentas; todas as decisões devem ser negociadas e levam tempo para se inscrever nas realidades devido ao caráter muito institucionalizado e burocrático. [...] Esta diferença entre ritmo trepidante da informação e a dificuldade em agir cria uma situação efetivamente prejudicial. Os políticos deveriam ser os primeiros a compreender a necessidade de diminuir a pressão da técnica. Uma informação cada vez mais rápida nem sempre é a condição para uma boa decisão política. (WOLTON, 2007)

No ciberespaço e, sobretudo na Web, Rodrigues (2009) afirma que em um site de caráter político, “os cibernautas cooperam na formação de comunidades virtuais que partilham sentidos e significados políticos” e “reúnem-se para comunicá-los, formando movimentos de apoio aos candidatos políticos”. Porém para isso acontecer, exige cidadãos ativos e que tenham acesso a tais ferramentas, para que possam se organizar e fazer política. Deste modo, o ciberespaço permite “existência de uma deliberação ciber democrática que vai culminar numa nova forma de fazer política, na Ciber Política” (RODRIGUES, 2009).

Rheingold (1996) sustenta que o ciberespaço é um “espaço conceitual onde se manifestam palavras, relações humanas, dados, riqueza e poder dos utilizadores da

tecnologia de “Comunicação Mediada por Computador - CMC”. Desta forma, no ciberespaço residem também, como visto anteriormente, comunidades e é necessário existir um sentimento de pertencimento e uma identidade social por parte dos participantes para que estas venham a existir.

Para contribuir com a definição das relações sociais de uma comunidade virtual, Castells (2005) conclui que as comunidades virtuais são “novos e seletivos modelos de relações que substituem formas de interação humana que eram, por norma, limitadas territorialmente, mas que deixaram de ser no ciberespaço.” Deste modo, Castells acredita que ao comunicar-se através da internet, sente-se uma ligação emocional na qual são compartilhadas experiências de várias índoles, sejam sociais, econômicas, comerciais ou psicológicas. O ciberespaço então também contribui para a transformação e criação de valores e das próprias instituições sociais.

2.3.2 Comunicação Digital

Como visto anteriormente, o ato de comunicar-se é inerente ao ser humano desde seus primórdios. E para que essa comunicação seja externada, é preciso que existam meios, para efetivar essa transmissão, podendo ser desde uma simples folha de papel ou um outdoor publicitário para comunicação escrita, por exemplo, até outros meios como o rádio, a televisão e mais recentemente a internet.

Como o mais recente e influente meio, a Internet proporciona, com suas peculiaridades, uma inovação nunca antes vista na evolução da comunicação. Pierre Lévy mostra que a internet vem oportunizando ao homem a realização de sua desterritorialização e sua virtualização, possibilitando não apenas compartilhar informações, como também estar em diversos lugares e com outras pessoas sem sair de casa (LÉVY, 2000). Esse novo espaço criado pela comunicação mediada por computador nos revela um outro mundo, intangível, mas real, que surge para criar uma nova perspectiva sobre as já então consolidadas formas de se comunicar.

Inicialmente, os primeiros computadores concebidos em 1945 eram utilizados única e exclusivamente para armazenar informações e facilitar a resolução de cálculos matemáticos, porém já imaginava-se que essa nova tecnologia teria uma evolução significativa com o passar dos anos no âmbito da virtualização da informação e da comunicação, afetando os dados elementares da vida social (LÉVY, 2000).

Nos anos 70, com o desenvolvimento e a comercialização dos microprocessadores, um grande passo foi dado para que a comunicação no ambiente virtual ganhasse força, o computador deixou de ser mero aparelho de processamento de dados e tornou-se, juntamente com a telecomunicação, elemento chave para o prenúncio do horizonte contemporâneo da multimídia (LÉVY, 2000).

Foi na década de 70, segundo Bogo (2000) que o recente espaço de comunicação chamado Internet surgiu. Esse novo ambiente virtual - rede mundial de computadores, criado especialmente para a Guerra Fria para possibilitar a comunicação entre usuários conectados em alcance mundial sem precisarem de um centro definido ou mesmo uma única rota para as informações.

Para Jaffe (2008), a internet tem valores potenciais como: ser um meio de massa (no sentido que atinge um grande número de pessoas), aproximar o consumidor da

marca, ser mensurável, transmitir mensagens de impacto, ser interativa, entre outras características que a diferem dos demais meios.

Segundo Rodrigues (2009) a web é um meio mais democrático do que os meios de comunicação tradicionais, porque “permite que todos possam ser produtores de informação sem que haja intervenção de mediadores”. É por isso que este meio tem o prestígio de todos os outros meios de comunicação e é o canal ideal para o exercício da cidadania e da ciberdemocracia.

Downing (2002) compreende que a internet é o primeiro meio capaz de oferecer aos indivíduos de todo o mundo uma chance igual de se comunicar com suas próprias vozes à uma audiência de milhões de pessoas, tornando suas possibilidades técnicas ilimitadas.

A internet não apareceu como mais um meio de produção de “poucos para muitos” (como as mídias tradicionais: o jornal, rádio e televisão) e sim como um meio de “muitos para muitos”, descentralizando o poder e possibilitando circular o debate idéias (RHEINGOLD, 1996).

Segundo Liberato (2011) as novas tecnologias podem auxiliar na disponibilização de dados mais abrangentes e estimular cidadãos a participarem do processo político:

A discussão com base na ação comunicativa, e a interação proporcionada pela internet estimulam o debate, a participação e a formulação de opiniões ponderadas. A comunicação pública amparada pelas redes digitais passa a ser um canal de duas vias, no qual ocorrem interações em curto intervalo de tempo. A velocidade e interatividade proporcionada pela internet são fatores que facilitam a participação do cidadão em assuntos políticos. A qualificação das informações disponíveis nos portais de governo sobre as políticas públicas elaboradas e coordenadas pelo governo, detalhamento de gastos públicos e outros dados necessários, quando disponíveis, aproximam cidadão e governo e estimulam a participação democrática. (LIBERATO, 2011 p.13)

Silva (2009) propõe uma reflexão no sentido que publicidade, responsividade e porosidade são requisitos democráticos para a comunicação política; aspectos que são próximos aos que Duarte (2011) estabelece como requisitos para a comunicação pública do Governo: transparência, acesso, interação e ouvidoria social. A proposta de Silva

(2009) além de deslocar o foco da participação civil, abrange outros aspectos importantes para pensar na comunicação entre Governos e cidadãos.

Nesse sentido, ao que propõe Silva, os três requisitos que a comunicação digital do Governo deve cumprir, para seguir os preceitos de democracia digital são:

(1) publicidade; (2) responsividade e; (3) porosidade. O primeiro, diz respeito ao princípio de tornar o Estado mais transparente ao cidadão, de dar visibilidade às ações estatais de modo a permitir a vigilância dos cidadãos, o segundo, de torná-lo mais dialógico e o terceiro de torná-lo mais aberto à opinião pública (SILVA, 2011 p.137)

A primeira premissa democrática destaca a transparência, resultando na sinergia da publicidade e a informação. A segunda premissa destaca a democracia como conjunto do sistema de normas e diretrizes estruturais que visam convergir para o eixo balizador, resultando em um sistema democrático em funcionamento pleno. E a terceira baseia-se em torná-lo interativo ao ponto de ser aberto ao relacionamento com os cidadãos. Seguindo as proposições, fica evidente a complexidade da temática abordada quando relacionada à análise da comunicação política.

2.3.3 Websites e Portais

A sociedade em que vivemos é caracterizada por um desenvolvimento tecnológico contínuo e, por consequência, nos meios de comunicação, modifica o estilo de vida das pessoas e suas interações sociais. Há alguns anos a opinião pública vem se esforçando a defender às potencialidades do uso das novas tecnologias em vários setores da vida cotidiana.

Em maio de 2012, o número de usuários ativos no Brasil que utilizavam a internet em casa ou no local de trabalho aumentou 4,2% e chegou a 50,9 milhões de pessoas, segundo o IBOPE Nielsen Online³. Desde que a empresa iniciou a medição desses dados é a primeira vez que a marca de 50 milhões de usuários ativos é atingida. Na comparação com maio de 2011, o crescimento do número de usuários ativos foi de 11%.

Os websites e portais são os precursores da comunicação digital e hipertextual e através deles quem o organiza está em grau de oferecer informação em “prima persona”, sem passar pela mediação de organizações locais a fim de realizar contato direto com os cidadãos (Cardoso, 2006).

A Internet poderá ser uma forma de democratização, permitindo uma maior liberdade de expressão aos eleitores, e um maior chance de protagonismo aos partidos e aos candidatos menores (Cardoso, 2006).

A necessidade de evitar a intermediação no processo de comunicação, possibilitou através da internet, uma forte ferramenta para à comunicação política. Os sites permitem a personalização e proximidade do eleitorado com seus candidatos, pois os candidatos falam diretamente com seu público sem a necessidade de intermediários (Cardoso, 2006). No caso da democracia digital, os candidatos podem utilizar a internet como meio de diálogo, permitindo que os eleitores (usuários) interajam com os candidatos.

³ Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Internet-cresceu-4-em-maio-.aspx>
Acesso: 05/11/2014

2.3.4 Facebook e Redes Sociais

O conceito de redes, entre diversas significações e apesar de não se limitar a elas, é resultado de um conflito permanente entre diferentes correntes nas ciências sociais, normalmente apresentadas em dicotomia - indivíduo/sociedade, ator/estrutura, abordagens subjetivistas/objetivistas, enfoques micro/macro da realidade social -, colocando em cada qual o viés analítico em uma das partes. Por exemplo, segundo Marteleto (2001) “a antropologia estrutural entende as redes como descritivas, servindo para identificar o caráter perene das organizações e dos comportamentos sociais”. Já a linha do individualismo metodológico, segundo a mesma autora, “desconstrói essa concepção, privilegiando o ponto de vista do agente que produz sentido, e as relações sociais na formação do seu agir”. As redes surgem como instrumentos frente aos determinismos institucionais.

De outra forma, o trabalho pessoal em relação as redes é tão antigo quanto a história da humanidade, mas somente recentemente, as pessoas passaram a percebê-lo como ferramenta organizacional. Lipnack e Stamps (1992) afirmam que o novo no trabalho em redes de conexões é “sua promessa como uma forma global de organização com raízes na participação individual. Uma forma que reconhece a independência enquanto apóia a interdependência”. Com isso o trabalho em redes de conexões “pode conduzir a uma perspectiva global baseada na experiência pessoal” (Lipnack e Stamps, 1992).

Segundo Marteleto (2001) nas redes sociais, “há valorização dos elos informacionais e das relações, em detrimento das estruturas hierárquicas”. Hoje o trabalho informal em rede é uma forma de organização presente no nosso cotidiano e nos mais diferentes tipos e níveis de estrutura das instituições modernas. O estudo das redes coloca em evidência uma face da realidade social contemporânea pouco explorada, ou seja, de que os indivíduos, dotados de capacidades propositivas “organizam suas ações nos próprios espaços políticos em função de socializações e mobilizações suscitadas pelo próprio desenvolvimento das redes” (MARTELETO, 2001). Os efeitos das redes podem ser percebidos fora de seu espaço, nas interações com o Estado, na sociedade ou em outras instituições representativas, mesmo nascendo em uma esfera informal de relações sociais.

As redes sociais sempre existiram e não surgiram com a tecnologia. Há séculos a sociedade é dividida em grupos sociais que partilham de interesses comuns. Segundo Sayon (2008), as redes sociais “nasceram para integrar membros com interesses e ideologias ligados pela relevância de um determinado assunto e para proporcionar integração e interatividade através de comunicação e compartilhamento de conteúdo”.

Contudo, nos últimos anos, o termo rede social ficou configurado somente como a relação entre indivíduos no ambiente virtual. As relações interpessoais, com o advento da internet, passaram a ter uma nova localidade de espaço, tornando-se virtual. Agora “a área territorial de contato é o ciberespaço, uma rede de computadores que cria um ambiente virtual” (LEMOS, 1996 apud LUCAS, 2008)

Quando falamos de rede social na Internet, compreendemos a estrutura dos atores e suas conexões sociais traduzidas através de ferramentas de comunicação mediada pelo computador. A abordagem da rede é importante porque enfatiza as conexões entre os indivíduos no ciberespaço, mostrando que a comunicação mediada pelo computador é capaz de produzir e complexificar laços sociais (Recuero, 2007). Redes sociais na Internet possuem conexões através de diferentes trocas e formas de interações sociais.

“Na Internet, por exemplo, é possível participar de forma passiva de uma discussão através do botão “assinar” de uma lista, ou seja, participar de um grupo social sem interagir diretamente com seus membros, mas unicamente usufruindo das informações que circulam naquele local.” (Recuero, 2007). Também é possível interagir com blogueiros através dos comentários e, com eles, formar uma rede social (Recuero, 2003). Portanto, percebemos que para compreender essas redes é preciso também compreender como se formam e diferenciar as conexões sociais que a compõem.

As comunidades virtuais reúnem indivíduos dos quatro cantos do planeta que, assim como na vida real, desenvolvem conversações muito ricas intelectual e emocionalmente. Para Rheingold (1996), comunidade virtual é um conjunto de pessoas que aderem a definidos contratos sociais e que compartilham determinados interesses. Dessa forma, a afinidade de seus integrantes são consolidadas através da proximidade intelectual e emocional ao invés da física e espacial.

3. METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa para análise da comunicação digital das prefeituras gaúchas buscou avaliar as plataformas utilizadas a fim de redimensioná-las dentro de uma análise mais estruturada, identificando ferramentas que auxiliaram o município nesse processo de comunicação.

3.1 Universo da Pesquisa

Estudo do tipo transversal, com uma amostra de 496 municípios do estado do Rio Grande do Sul, segundo o IBGE/2010, amostra essa que contempla a totalidade dos municípios e uma população de 10.684.564 habitantes, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do mesmo ano.

3.2 Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada de 21 de outubro de 2014 à 4 de novembro do mesmo ano e levou por volta de 33 horas para sua completa conclusão. A pesquisa foi realizada inteiramente pela internet, utilizando o navegador browser Google Chrome⁴, o site de busca Google, os sites das prefeituras municipais e o Facebook, Twitter ou Google+ que representassem o poder executivo do município. Para a tabulação e análise estatística descritiva dos dados foi utilizado o software Microsoft® Office Excel 2010.

⁴ Google Chrome é um programa de computador que habilita seus usuários a interagirem com a internet através de páginas da web.

3.3 Parâmetros de Análise

Inicialmente um levantamento de dados foi aplicado para descobrir a quantidade de habitantes do município e o Índice do Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), ambos consultados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Um cálculo médio do número de habitantes por município e a média estadual do IDHM⁵ serviram como embasamento para compreender a atual situação municipal afim de servir, de forma comparativa, de contexto do panorama atual em que o município se encontra.

Em um segundo momento, para descobrir se o município possuía um website ou um portal municipal, uma pesquisa pelo nome do município utilizando a internet, mais especificamente o site de busca Google, foi utilizada.



Figura 02 – Pesquisa no pelo portal municipal da Prefeitura de Maximiliano de Almeida.

Fonte: Google <<http://www.google.com.br>>. Acesso em 08/11/2014.

⁵ IDHM ou Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é um índice composto que agrega 3 das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano: a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda. (PNUD/Brasil, 2014)

Os resultados foram filtrados e em caso de o portal municipal não ser encontrado na primeira página do site ou se no endereço encontrado houvesse qualquer tipo de erro de exibição, o mesmo não seria contabilizado. Essa filtragem foi adotada, pois, entende-se que, se o site não é apresentado na página inicial do buscador, não houve um interesse por parte da administração municipal de fazê-lo, concluindo assim que o órgão municipal não deu a importância necessária para o correto posicionamento do portal municipal no site de busca.

Em um próximo passo, os municípios que dispunham de website ou portal municipal foram analisados quantitativamente em relação aos tipos de ferramentas comunicativas e requisitos democráticos presentes no site ou portal analisado. No quadro abaixo (Quadro 1) é possível visualizar todos os tipos de relações comunicativas propostas por Silva (2009) quando comparado aos requisitos democráticos de Publicidade, Responsividade e Porosidade:

Tipo de relação comunicativa	Requisitos democráticos		
	Publicidade	Responsividade	Porosidade
Utilitária	Ferramentas de busca; mapa do site; índices remissivos; manual de uso do portal; etc.	Serviços possíveis de serem realizados através da comunicação mediada; emissão de documentos burocráticos, pagamento online, etc.	Ferramentas de coleta de preferências de perfis, ou dispositivos de monitoramento do usuário na rede.
Informativa	Notícias, propagandas, informativos, diário oficial, etc.	Ferramentas de e-mail, formulário para tirar dúvidas ou solicitar resposta, ou até mesmo <i>chats</i> com este mesmo fim, desde que sejam privados (ou seja, entre o indivíduo e o agente) etc.	Sondagens de opinião ou questionários de marcação objetiva e mecanismos afins.
Instrutiva	Textos ou ferramentas sobre a história e organização da instituição; <i>hotsites</i> educativos para crianças; páginas que esclareçam o funcionamento; organização administração; etc.	Fóruns online, <i>chats</i> ou lista de discussão públicos, voltados para esclarecer uma campanha, um projeto, uma ação ou o próprio funcionamento do Estado, etc.	Formulários <i>online</i> ou ferramentas similares voltados para colher a opinião textual (instruída) do cidadão sobre um projeto, uma ação ou uma atividade do Estado.
Argumentativa	Textos ou ferramentas na	Fóruns <i>online</i> , <i>chats</i> ou	Formulários <i>online</i> ou

	forma de documentos, relatórios, dossiês, programas, balancetes, prestação de contas, documentos integrais sobre o ato do agente do Estado, etc.	listas de discussão públicos ou outras ferramentas dialógicas que tenham uma decisão ou um conflito de fundo e que o Estado prontifique a dar justificativas ou razões públicas sobre o tema	ferramentas similares voltados para colher propostas discursivamente estruturadas que visam ser subsídios a serem levados em conta no processo de produção da decisão política
Decisória	-	-	Voto, plebiscito, referendo mediado por ferramentas de comunicação.

Quadro 1: requisitos democráticos e suas dimensões analíticas, SILVA (2009 p.111)

Na próxima etapa, com base no método proposto por Silva (2009), os municípios que possuem site foram analisados com base em uma adaptação gerada para se adequar a realidade da pesquisa (Quadro 02). Os portais municipais encontrados foram classificados conforme as exigências da democracia moderna para a interface digital do Estado buscando redimensioná-los dentro de uma análise mais sistêmica a fim de identificar ferramentas disponíveis no portal com base em três requisitos: publicidade, responsividade e porosidade. O primeiro, diz respeito ao princípio de tornar o Estado mais transparente ao cidadão; o segundo, de torná-lo mais responsivo (quando a interface opera para gerar um serviço ou produzir um produto com fim em si mesmo) e o terceiro, de torná-lo mais aberto à opinião pública.

Este plano analítico tenta organizar mecanismos negligenciados pelas correntes participativas e deliberativas, como também, as demandas mais exigentes a partir do cruzamento dos três requisitos democráticos e suas relações comunicativas. Por exemplo, no caso da publicidade, a exposição de documentos governamentais na íntegra não significa necessariamente a participação política do cidadão. Neste caso o cidadão não estaria participando da decisão política, mas estaria consumindo informações disponibilizadas. No entanto merece uma atenção especial, pois o portal exerce papel importante no sistema político ao lançar informações governamentais para a esfera pública, tornando o Estado mais transparente e suscetível ao controle civil.

Todos esses requisitos dizem respeito aos papéis que a comunicação digital precisa cumprir para ajudar na melhoria da democracia moderna. E partem de questões históricas importantes da teoria política como a busca por um Estado mais transparente, dialógico, legítimo, plural, justo, cumpridor de seus deveres e aberto à opinião pública.

Importante frisar também que os requisitos elencados não são necessariamente hierárquicos ou antagônicos, eles são distintos, porém integráveis.

Para facilitar a compreensão, uma adaptação do método proposto por Silva (2009) foi criada no quadro abaixo (Quadro 2), na qual exemplifica quais ferramentas foram analisadas para gerar a pontuação do município quanto a qualidade da sua comunicação digital.

Informação	Serviços Online	Interação
Ferramentas de busca, mapa do site.	Serviços possíveis de serem realizados através da comunicação mediada, emissão de documentos burocráticos, pagamento online.	Ferramentas de coleta de preferências de perfis, dispositivos de monitoramento do usuário na rede.
Notícias, propagandas informativas, diário oficial.	Ferramentas de e-mail, formulários para tirar dúvidas ou solicitar resposta, chats privativos para resolução de dúvidas.	Sondagens de opinião, enquetes ou questionários de marcação objetiva e mecanismos afins
Textos ou ferramentas sobre história e organização da instituição, hotsites ou páginas que esclareçam o funcionamento da organização e/ou administração.	Fóruns online, chats ou listas de discussão pública.	Formulários online ou ferramentas similares voltados para colher opinião e propostas do cidadão que visam ser subsídios a serem levados em conta no processo de decisão política.
Textos ou ferramentas na forma de documentos, relatórios, dossiês, programas, balancetes, prestação de contas.	Ferramentas dialógicas que tenham uma decisão ou um conflito de fundo e que o Estado prontifique-se a dar justificativas ou razões públicas sobre o tema.	Votações, plebiscitos, referendos mediados por ferramentas de comunicação.

Quadro 2: requisitos democráticos e ferramentas para análise, adaptado de SILVA (2009)

Ferramentas Informativas como o próprio Quadro 2 exemplifica, referem-se a toda e qualquer informação encontrada no website ou portal municipal que possua cunho informativo, seja através de notícias, informações históricas do município ou documentos governamentais que alimentem o cidadão de informações sobre o município.

Ferramentas de Serviços Online são plataformas ou sistemas que o município disponibiliza em seu website ou portal municipal visando auxiliar e facilitar serviços prestados ao cidadão, agilizando processos e não restringindo-o à espaços físicos, ficando o cidadão totalmente apto por exemplo, a emitir nota fiscal eletrônica, solicitar certificações, emitir certidões ou alvarás, tudo pela internet.

Ferramentas de Interação são aquelas nas quais o município tem a obrigação de levar em conta a opinião e a vontade pública, mantendo o Estado aberto ao diálogo e a opinião externa. Tentando assim refletir, de modo mais concreto, aos anseios da soberania popular e servindo como canal para captar demandas e posicionamentos da opinião pública e transformar em decisão política. Exemplos dessas ferramentas podem ser, desde que online, são: enquetes de opinião sobre determinado assunto; plebiscitos; votação do orçamento participativo municipal.

Cada tipo de Ferramenta de Comunicação foi analisada e, para facilitar a tabulação dos dados, resultou em um (01) ponto para a presença de uma ou mais ferramentas da categoria dentro do website municipal, e nenhum ponto para a ausência de ferramentas. A pontuação mínima do portal municipal é de zero pontos, quando não houver website e/ou nenhuma ferramenta de comunicação e a pontuação máxima é de três (03) pontos quando o mesmo apresentar todas as ferramentas de comunicação (Informação, Serviço Online e Interação).

Para agilizar a análise de forma sistêmica, essas ferramentas foram procuradas na página inicial do website oficial da Prefeitura Municipal em questão, ou em até um (01) nível da raiz do site, ou seja, os exemplos de ferramentas só foram contabilizados caso estivessem na página inicial ou estivessem presente em até um (01) clique dentro do portal.

Posteriormente, os municípios que apresentaram ferramentas que contemplam todos os três requisitos foram listados e comparados com o número de habitantes e seu IDHM a fim verificar se existe algum parâmetro entre os mesmos.

Durante toda a análise foram apresentadas soluções interessantes e criativas encontradas nos portais municipais nas três categorias de ferramentas de comunicação a fim de servir como exemplo e fonte de inspiração para outros municípios.

No que se refere a redes sociais, uma busca pelo portal municipal, Facebook⁶, Twitter⁷ ou Google+⁸ foi aplicada a fim de identificar se o município utiliza as redes

⁶ O facebook é a maior rede social do mundo com mais de 1 bilhão de usuários únicos ativos. (G1 GLOBO, 2014)

sociais para se comunicar com seus cidadãos. Somente páginas institucionais foram contabilizadas. Perfis pessoais que eram utilizados como de uso da Prefeitura Municipal foram descartados, pois segundo as normas dos sites de redes sociais analisados, manter uma conta pessoal para qualquer finalidade que não seja representar uma pessoa é uma violação da Declaração de Direitos e Responsabilidades. (FACEBOOK, 2013)

Em um último momento, uma reflexão foi proposta a fim de confrontar os resultados analisados e identificar se há alguma relação entre a população do município, seu IDHM, a existência de um website ou portal municipal e suas ferramentas comunicativas, a existência de redes sociais do município e se a utilização da comunicação digital das prefeituras gaúcha auxilia em questões políticas.

⁷ Twitter é uma rede social em formato de microblogging e sua peculiaridade é o limite de 140 caracteres em suas mensagens.

⁸ Google+ é a rede social do Google, maior empresa do ramo de tecnologia e a mais valiosa do mundo. (MASHABLE, 2014)

4. A COMUNICAÇÃO DIGITAL DAS PREFEITURAS GAÚCHAS

Como visto anteriormente nesta pesquisa, apesar da política não possuir uma definição única e ser baseada em diferentes visões e argumentos, Chauí (1995), acredita que a política “foi inventada como modo pelo qual a sociedade, internamente dividida, discute, delibera e decide em comum”. Na sociedade em que vivemos, baseada na democracia, é possível identificar situações em que a comunidade participa ativamente de questões políticas, como por exemplo, o processo eleitoral, no qual, toda a sociedade elege, através de voto direto, representantes para fazerem valer seus anseios. Outras questões como a de sanar dúvidas a respeito de programas municipais, tirar satisfações quanto a alguma obra inacabada ou ainda propor soluções através do diálogo para problemas da sociedade, são comuns de serem resolvidas, ou pelo menos deveriam ser, quando o cidadão entra em contato com o órgão executivo municipal, de forma física. Um dos objetivos dessa pesquisa é saber se esse ambiente democrático também é replicado através da comunicação digital nas prefeituras municipais.

Após a coleta de dados foi possível verificar o atual panorama gaúcho dos municípios e da utilização da comunicação digital pelas prefeituras municipais. Com a totalidade dos municípios analisados, foi possível conhecer a média aritmética do número de habitantes dos municípios e seu IDHM, a fim de facilitar o entendimento e conhecimento da situação atual do Rio Grande do Sul. Para fins comparativos, a média nacional do IDHM é de 0,727 (PNUD, 2013). No próximo quadro (Quadro 3) foi possível observar os 5 municípios com maior índice de IDHM do Estado, todos possuem índice superior a média nacional (0,727).

Posição	Município	IDHM
1	Porto Alegre	0,805
2	Carlos Barbosa	0,796
3	Ipiranga do Sul	0,791
4	Três Arroios	0,791
5	Lagoa de Três Cantos	0,789

Quadro 3: os 05 municípios com maior IDHM do Rio Grande do Sul

Fonte: IBGE, 2010b.

Em antagonismo ao quadro anterior, o Quadro 4 lista os 5 municípios com menor índice de IDHM do Estado do Rio Grande do Sul, também todos os municípios abaixo listados encontram-se abaixo a média nacional (0,727).

Posição	Município	IDHM
1	Dom Feliciano	0,587
2	Barão do Triunfo	0,61
3	Lajeado do Bugre	0,613
4	Jaquirana	0,614
5	Chuvisca	0,616

Quadro 4: os 05 municípios com menor IDHM do Rio Grande do Sul

Fonte: IBGE, 2010b.

A média estadual do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é de 0,71 inferior a média nacional e os 272 municípios, ou ainda 54,83%, possuem um índice superior a média do estado. Conforme o quadro abaixo (Quadro 5), é possível visualizar o menor índice de IDHM do estado, a média estadual, a média nacional e o maior índice.

	Município	Índice
Menor Índice	Dom Feliciano	0,587
Média Estadual	Todos os Municípios	0,710
Média Nacional	Todos os Municípios	0,727
Maior Índice	Porto Alegre	0,805

Quadro 5: IDHM extremos dos municípios do RS, média estadual e média nacional.

Fonte: IBGE, 2010b.

No que se refere ao número de habitantes do Rio Grande do Sul, o estado conta com uma população de 10.684.564 habitantes (IBGE 2013), é o quarto estado brasileiro em número de habitantes. No quadro a seguir estão listados os cinco municípios mais populosos do Rio Grande do Sul.

Posição	Município	População
1	Porto Alegre	1.409.351
2	Caxias do Sul	435.564
3	Pelotas	328.275
4	Canoas	323.827
5	Santa Maria	261.031

Quadro 6: os 05 municípios com maior população do Rio Grande do Sul

Fonte: IBGE, 2010a.

No próximo quadro (Quadro 7) é possível verificar os cinco municípios com menor número de habitantes do Rio Grande do Sul.

Posição	Município	População
1	André da Rocha	1.216
2	União da Serra	1.487
3	Engenho Velho	1.527
4	Coqueiro Baixo	1.528
5	Montauri	1.542

Quadro 7: os 10 municípios com menor número de habitantes do Rio Grande do Sul

Fonte: IBGE, 2010a.

Conforme o quadro abaixo (Quadro 8), é possível visualizar o município com menor número de habitantes do estado, a média de habitantes estadual e o município com maior população.

	Município	Habitantes
Menor população	André da Rocha	1.216
Média Estadual	Todos os Municípios	21.454
Maior população	Porto Alegre	1.409.351

Quadro 8: IDHM extremos e média estadual do Rio Grande do Sul

Fonte: IBGE, 2010a.

Dos 496 municípios analisados, 485 municípios (97,78%) possuem Portal Municipal, enquanto somente 11 municípios não possuem. A maioria dos municípios tem a consciência da importância da utilização da internet na sua comunicação o que corrobora com Jaffe (2008), Rodrigues (2009) e Downing (2002) que expressam sobre as potencialidades da internet por ser um meio que atinge grande número de pessoas e aproxima públicos, além de ser mais democrático do que os meios de comunicação tradicionais e compreenderem que também é capaz de oferecer aos indivíduos uma chance igual de se comunicar à uma audiência de milhões de pessoas. O gráfico a seguir (Gráfico 1), exemplifica e apresenta uma comparação entre os municípios que possuem Portal municipal e aqueles que não possuem.



Gráfico 1: existência de portais municipais nas prefeituras gaúchas

O gráfico abaixo (Gráfico 2) para simplificar a compreensão, classifica os municípios do Rio Grande do Sul em três grandes grupos: municípios com menos de 5 mil habitantes; municípios com habitantes entre 5 mil e a média estadual (21.454); municípios com população maior que a média estadual (21.454) e compara com a existência de portal municipal:

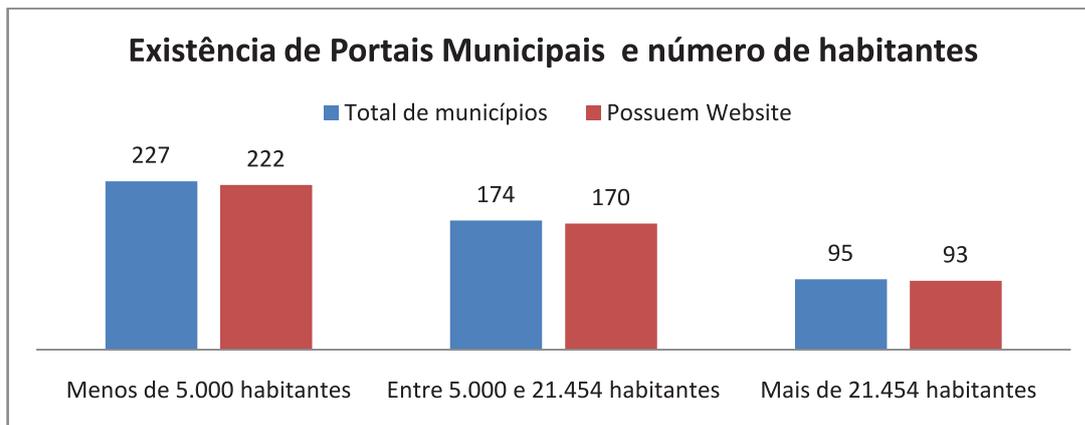


Gráfico 2: existência de portais municipais quando comparado a número de habitantes

O gráfico abaixo (Gráfico 3) compara agora com o IDH, classificando-os em três grandes grupos: municípios com IDHM abaixo da média estadual e municípios acima da média estadual (0,710) e compara com a existência de portal municipal:

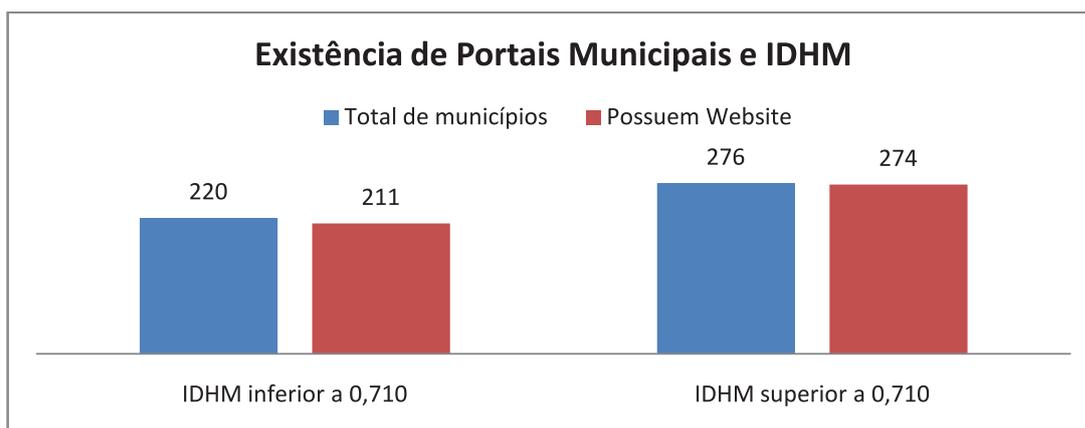


Gráfico 3: existência de portais municipais quando comparado ao IDHM.

Segundo análise proposta pela metodologia deste trabalho, é possível visualizar ferramentas presentes nos portais municipais gaúchos, conforme gráfico (Gráfico 4) a seguir:

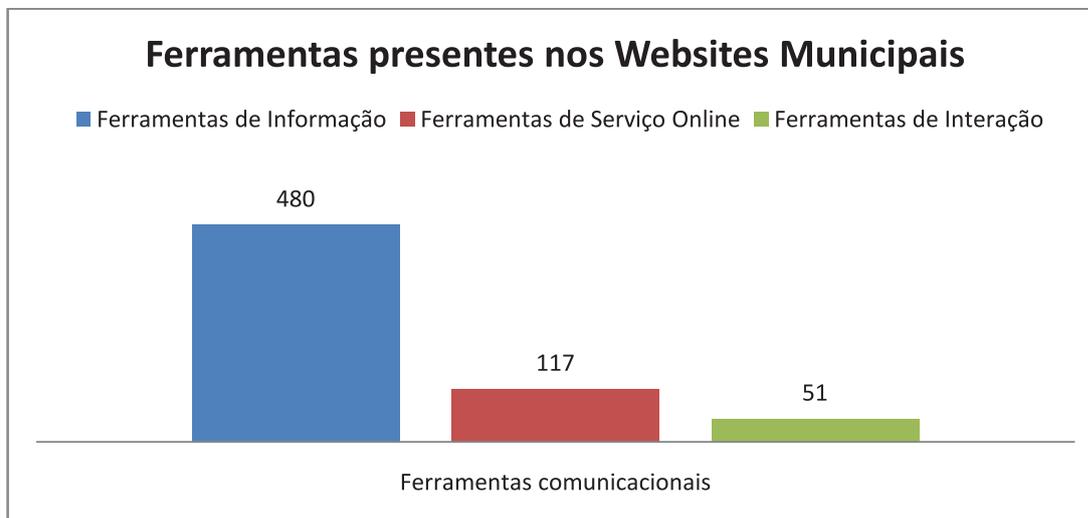


Gráfico 4: ferramentas comunicacionais presentes nos portais municipais

Quando comparamos as ferramentas comunicacionais presentes nos portais municipais com a população dos municípios, obtemos o seguinte gráfico (Gráfico 5):

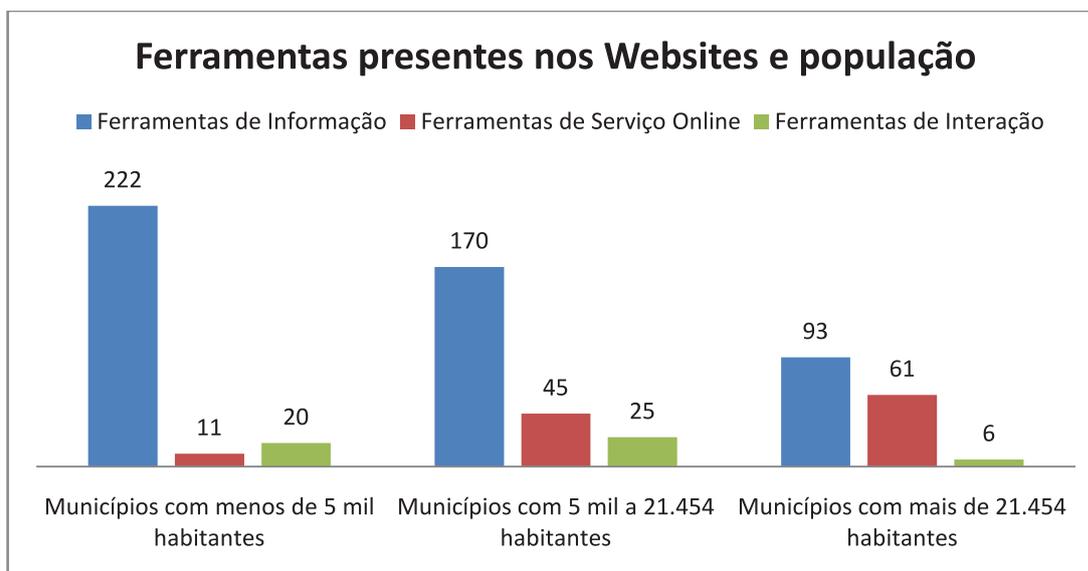


Gráfico 5: ferramentas comunicacionais presentes nos portais municipais quando comparadas com a população do município

Obtemos o seguinte panorama (Gráfico 6) quando as ferramentas comunicacionais dos websites são comparadas com o IDHM do município:

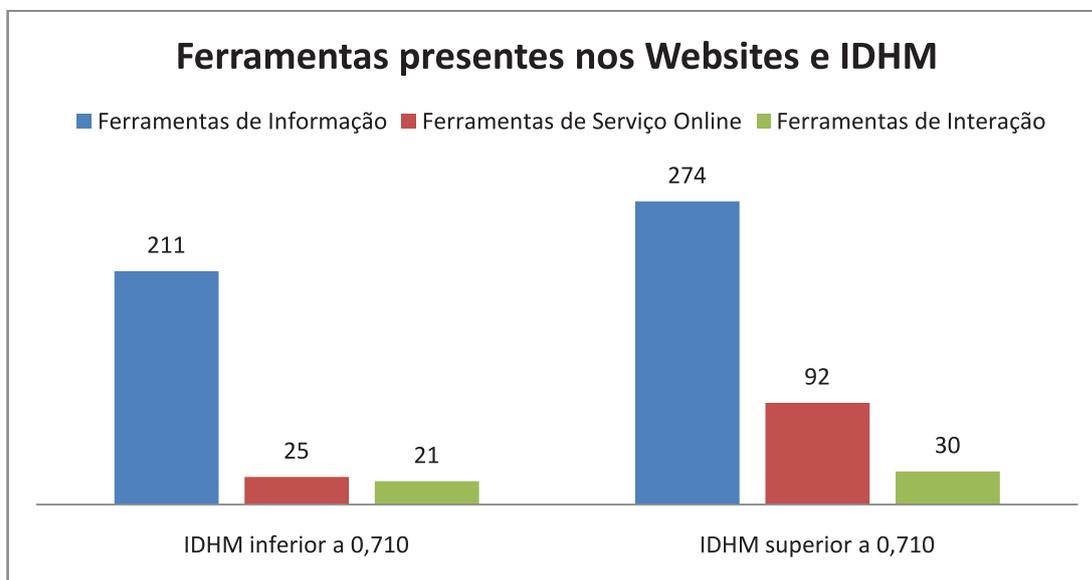


Gráfico 6: ferramentas comunicacionais presentes nos websites quando comparadas ao IDHM

Dentre os municípios que possuem Portal Municipal, 100% apresentam ferramentas de Informação, ou seja, divulgam informações sobre o município. Somente 23,58% (117 municípios), apresentam ferramentas de Serviços Online, que auxiliam e facilitam os munícipes através da disponibilização de serviços online. E apenas 10,28% (51 municípios) apresentam ferramentas de Interação, que tornam o município mais aberto ao diálogo e à opinião pública.

Um exemplo de ferramenta de Informação interessante (Figura 3) é a interface simples, porém de fácil entendimento, que valoriza as informações do website da Prefeitura Municipal de Marau. As notícias do município dividem espaço com banners de rápido acesso para facilitar a navegação. Tudo isso contribui para agilizar o processo de aquisição de informações dos usuários que navegam no site do município.

MARAU
GOVERNO MUNICIPAL

Inicial Portal da Transparência Links e Telefones Úteis Webmail f

Prefeitura Municipal de Marau
(54) 3342-9500

Conheça Marau Notícias Secretarias Galeria de Imagens Eventos Serviços Formulários Ouvidoria

Faça uma busca em nosso portal

Últimas notícias 13/11/2014 Entidades conhecem propostas de mudança para o trânsito em Marau

13/11/2014
OMP no Nova Alternativa

- 12/11/2014 - Gestor Público: Marau leva duas premiações
- 12/11/2014 - Empreender e Crescer beneficia 13 empreendedores
- 12/11/2014 - Tribo Pequenos Guardiões realiza última ação do ano
- 11/11/2014 - Inaugurada a ponte que liga Guadalupe e Portal do Sol
- 11/11/2014 - Praça Encantada: Instalação da decoração em ritmo acelerado

Ver todas as notícias

IV FÓRUM INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO
Clique aqui para imprimir seu certificado

CONCURSO PÚBLICO
PROGRAMA DE RÁDIO
REPARAÇÕES PÚBLICAS
PORTAL DO CIDADÃO
DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE ISS
ESPAÇO DO SERVIDOR
NOTA FISCAL DE SERVIÇO ELETRÔNICA (NFSE)
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
BLOG DO MEIO AMBIENTE

17/11 29° 15°
Sol com algumas nuvens. Não chove.

Figura 03 – Página Inicial do website da Prefeitura Municipal de Marau.

Fonte: Prefeitura de Marau <<http://www.pmmarau.com.br>>. Acesso em 13/11/2014.

As prefeituras gaúchas de Bom Princípio, Harmonia, Montenegro e Tupandi se uniram para criar um hot site que potencialize a Rota Sabores e Saberes do Vale do Caí. O hot site (Figura 4) valoriza o potencial turístico do vale e auxilia os turistas, através de informações bem claras e objetivas, nas principais dúvidas e propõe roteiros para fomentar o turismo na região.



A ROTA | INTEGRANTES | MURAL | ROTEIROS | NOTÍCIAS | CONTATO



A ROTA

O essencial não se vê com os olhos, mas se sente com o coração... A simplicidade, a harmonia e o equilíbrio entre as pessoas que ali vivem integradas com o meio ambiente, a energia que pode ser sentida em cada abraço ou aperto de mão, o resgate de valores não só culturais e gastronômicos e sim de sentimentos capazes de nos fazer recordar dos tempos de criança, situada na Região dos Vales, entre a Capital e a Serra Gaúcha, a Rota Sabores e Saberes está em funcionamento desde 2007 e integra 4 municípios do Vale do Caí. Destacam-se a agroecologia, gastronomia típica, venda de produtos coloniais e agroindustriais. Venham conferir de perto o que há de melhor em Sabores e Saberes.



Figura 4 – Hotsite Rota Sabores e Saberes Vale do Caí.

Fonte: Rota Sabores e Saberes <<http://www.rotasaboresesaberes.tur.br>>. Acesso em 13/11/2014.

A Prefeitura de Frederico Westphalen deu destaque em seu portal municipal para conteúdo informativo em formato de vídeos (Figura 5), uma alternativa mais amigável para trabalhar as informações que fazem parte do seu dia-dia. Apesar do conteúdo não ser atualizado desde o dia 31 de julho de 2014, a solução tornou-se evidente diante dos demais portais municipais.



Agenda >>

Descarte Consciente: ações locais, mudanças globais – 07 de junho

Videos >>

Trânsito FW

Modificações do trânsito de Frederico Westphalen
31 de julho de 2014

Iniciadas as obras do PAC 2 em Frederico Westphalen
9 de julho de 2014

Estudante de Frederico Westphalen recebe medalha de ouro na 9ª Olimpíada Brasileira de Matemática
18 de junho de 2014

Frederico Westphalen
26 de fevereiro de 2014

Abertura Frederico em Luz 2013
26 de fevereiro de 2014

Voluntários do Frederico em Luz 2013 – “Um doce Natal”
26 de fevereiro de 2014

Figura 05 – Detalhe da página inicial o site da Prefeitura de Frederico Westphalen - RS

Fonte: Prefeitura de Frederico Westphalen <<http://www.fredericowestphalen-rs.com.br>>. Acesso em 13/11/2014.

A Prefeitura de Canoas tornou-se referência nessa pesquisa quando criou, através da prestação de serviço online, um Banco de Oportunidades de Empregos (Figura 06) o qual possibilitou quem estava procurando emprego cadastrar seu currículo e quem estava procurando recursos humanos para sua empresa, cadastrar vagas de emprego. O Banco de Oportunidades é totalmente online e atualizado pelo próprio usuário, facilitando ainda mais o sucesso da ferramenta, que pode servir de exemplo para outros municípios.

Figura 06 – Banco de Oportunidades de Emprego da Prefeitura de Canoas - RS

Fonte: Prefeitura de Canoas. <<http://sistemas.canoas.rs.gov.br/bancodeoportunidades>>. Acesso em 13/11/2014.

A Prefeitura de Rio Grande – RS inovou quando começou a fazer as matrículas para ingresso na rede municipal de ensino (Figura 07) através da internet. Agora os responsáveis pelas crianças não precisam se deslocar de casa ou enfrentar filas na hora de inscrever o aluno.

Figura 07 – Matrícula Online para Rede Municipal de Ensino da Prefeitura de Rio Grande - RS

Fonte: Prefeitura de Rio Grande. <<http://riogrande.rs.gov.br/matriculas>>. Acesso em 13/11/2014.

A votação digital do Orçamento Participativo da Prefeitura de São Leopoldo – RS (Figura 8) é um exemplo de uma ótima ferramenta de interação da prefeitura com a comunidade. O canal preserva e estimula a participação da sociedade no rumo dos investimentos públicos, incentivando a discussão entre as necessidades e demandas dos moradores e os esforços de investimentos da prefeitura.

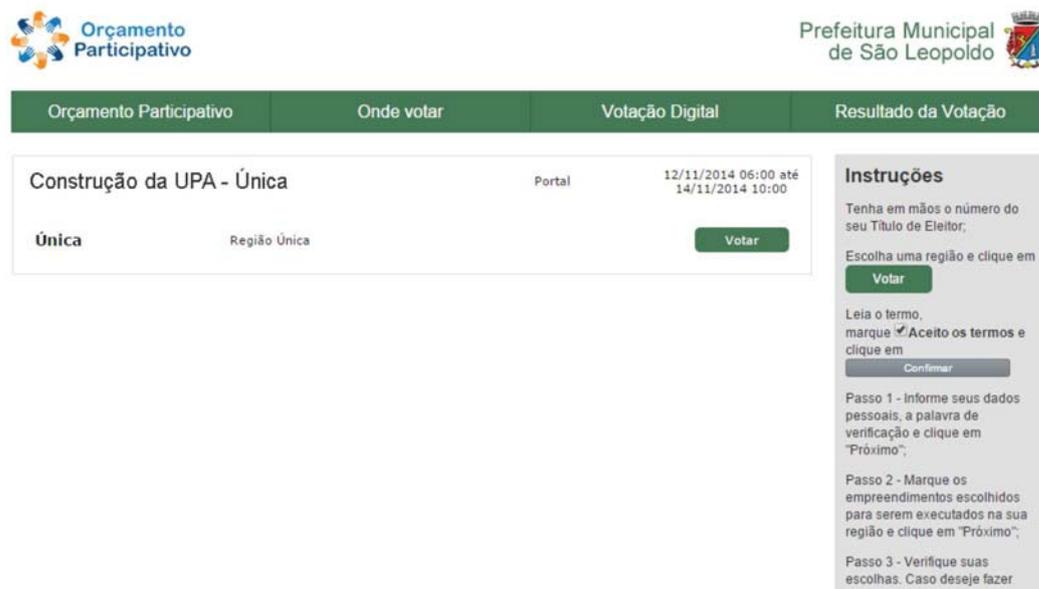


Figura 08 – Votação Digital do Orçamento Participativo da Prefeitura de São Leopoldo - RS

Fonte: Prefeitura de São Leopoldo. <<http://saoleopoldo.rs.gov.br/OP>>. Acesso em 13/11/2014.

As Enquetes de Interação (Figura 9) para escolha da programação do natal 2014 da Prefeitura de Augusto Pestana – RS, por mais simples que sejam, auxiliam o município na escolha das atrações, garantindo um maior envolvimento da comunidade e conseqüentemente maior aceitação e participação da população no evento.

The screenshot shows the website of the Prefeitura Municipal de Augusto Pestana. At the top, there is a search bar and navigation links for 'Contas Públicas', 'Transparência', 'Licitações', and 'Legislação'. A sidebar on the left contains a menu with categories like 'Principal', 'Noticias', 'Concursos', 'Agenda de eventos', 'Galerias de fotos', 'Galeria de vídeos', 'Enquetes', 'Downloads', 'Publicações legais', 'Links úteis', 'Índices e cotações', and 'Busca'. Below the sidebar, there is a section for 'Município e Prefeitura' with links to 'Administração Municipal', 'Contato', and 'Dados do município'.

The main content area features a large blue banner with the title 'Enquete'. Below it, a poll asks: 'Qual destas atrações você gostaria de ver no Natal Vida 2014, no dia 17 de dezembro?'. The poll options are:

- Grupo de dança Louvar1 - Pronto pra Batalha (Quarteto FLG) - Santa Maria
- Quarteto Instrumental Santa Klaus - Alegando e animando o comércio local - Vista Alegre do Prata
- Grupo Serenata ao Luar - Espetáculos diversos - Porto Alegre

 Below the poll, there are buttons for 'Votar' and 'Ver resultado', along with social media sharing options for Facebook Like, Twitter Tweet, and Google+1. A section titled 'Outras enquetes:' lists another poll: 'Qual destas atrações você gostaria de ver no Natal Vida 2014, no dia 14 de dezembro?'.

Figura 09 – Enquetes de Interação da Prefeitura de Augusto Pestana - RS

Fonte: Prefeitura de Augusto Pestana. <<http://www.pmaugustopestana.com.br>>. Acesso em 13/11/2014.

O Chat Online para atendimento ao cidadão (Figura 10) da Prefeitura Municipal de São José do Norte é um exemplo de uma ferramenta simples que contribui e agiliza a solução de problemas e dúvidas dos munícipes para com o poder executivo.

The screenshot shows the 'Atendimento ao Cidadão' section of the Prefeitura Municipal de São José do Norte website. The header includes the city name and the slogan 'Serviços online para os contribuintes municipais'. Below the header, there is a section for 'Identificação do usuário' with two options: 'Área restrita' and 'Área pública - Acesso rápido'.

The 'Área restrita' section is highlighted and contains a login form with the following fields:

- CPF/CNPJ Contribuinte: [input field]
- Senha: [input field]
- Informe a sequência: [input field] 4683
- [Acessar] button

 The 'Área pública - Acesso rápido' section contains a list of links:

- Solicitação de acesso
- Autenticidade de certidões
- Esqueci minha senha
- Fale conosco

Figura 10 – Chat Online da Prefeitura de São José do Norte - RS

Fonte: Prefeitura de São José do Norte. <<http://www.saojosedonorte.rs.gov.br>>. Acesso em 13/11/2014.

Os 11 municípios gaúchos que apresentam todos tipos de ferramentas comunicacionais em seus portais municipais representam a singela porcentagem de 2,21% dos municípios do estado, e são eles:

Município	Habitantes	IDHM
Anta Gorda	6.073	0,74
Casca	8.651	0,785
Osório	40.906	0,751
Palmares do Sul	10.969	0,715
Rio Grande	197.228	0,744
Ronda Alta	10.221	0,724
São Vendelino	1.944	0,754
Tavares	5.351	0,656
Tupandi	3.924	0,718
Vale Real	5.118	0,737
Xangri-lá	12.434	0,735

Quadro 9: municípios gaúchos que possuem os três tipos de ferramentas comunicacionais em seus portais municipais

Dentre esses municípios, somente Osório (40.906 habitantes) e Rio Grande (197.228 habitantes) estão acima da média estadual em relação ao número de habitantes e apenas o município de Tavares - RS com IDHM de 0,656 está abaixo da média estadual. Estes dados demonstram que, diferente do que era esperado, a elevada quantidade no número de habitantes não necessariamente contribuí para uma melhor estruturação da comunicação digital das prefeituras gaúchas.

O site da Prefeitura de Rio Grande (Figura 11) apresenta além das ferramentas informacionais, ferramentas de serviços online e de interação. Estas últimas duas, pouco exploradas pelos demais municípios do Rio Grande do Sul.



Figura 11 – Site da Prefeitura de Rio Grande - RS

Fonte: Prefeitura de Rio Grande. <<http://www.riogrande.rs.gov.br>>. Acesso em 13/11/2014.

Outro exemplo de portal com a existência das três ferramentas comunicacionais é o site da Prefeitura de Osório – RS (Figura 12), que apesar de simples, dispõe aos seus cidadãos serviços online e enquetes que possibilitem a interação do poder executivo municipal com a população.



29ª feira do livro de 24/11 a 29/11/14

- Palestras
- Espetáculos Musicais
- Sessão de Autógrafos
- Apresentações Teatrais

Largo dos Estudantes Sônia Chemale - Osório - RS

Sexta, 14 de novembro de 2014

Prefeitura

- Perfil do Prefeito
- Secretarias
- Sub-prefeituras
- Comunicação
- Áudios / Vídeos
- Plano Diretor
- Contas Públicas
- Editais / Concursos
- Nomeações
- Licitações
- Pregões Eletrônicos
- Registro de Preços
- RPPS OSÓRIO
- Protocolo
- Leis Municipais
- IPTU
- Nota Fiscal Eletrônica

Shows abrem o Natal dos Bons Ventos do comércio de Osório nesta sexta

Sexta - 14/11 - Abertura da campanha de Natal do CEO Local: Largo dos Estudantes Sônia Chemale 20h - Paulo Goulart voz e violão 20h30min - Enzo Munari 21h - Enzo e Rodrigo 21h30min - Rodrigo Munari 22h - Banda Seu Mantra

14/11/2014 - Osório sedia evento de boxe neste domingo

14/11/2014 - Bate-papo com patrono da Feira do Livro abre programação de novembro da Biblioteca Pública

14/11/2014 - Programa Jogue Limpo com Osório é destaque no estado

JOGUE LIMPO

Figura 12 – Site da Prefeitura de Osório – RS

Fonte: Prefeitura de Osório. < <http://www.osorio.rs.gov.br>>. Acesso em 13/11/2014.

Além do Portal Municipal, o presente estudo buscou identificar quais e quantos municípios utilizavam as redes sociais como ferramentas para auxiliar nesse processo de comunicação. Conforme gráfico (Gráfico 7) a seguir é possível visualizar quantos municípios possuem redes sociais que representem o poder executivo municipal e verificar a quantidade em que isso representa quando comparado ao uso de portais municipais.

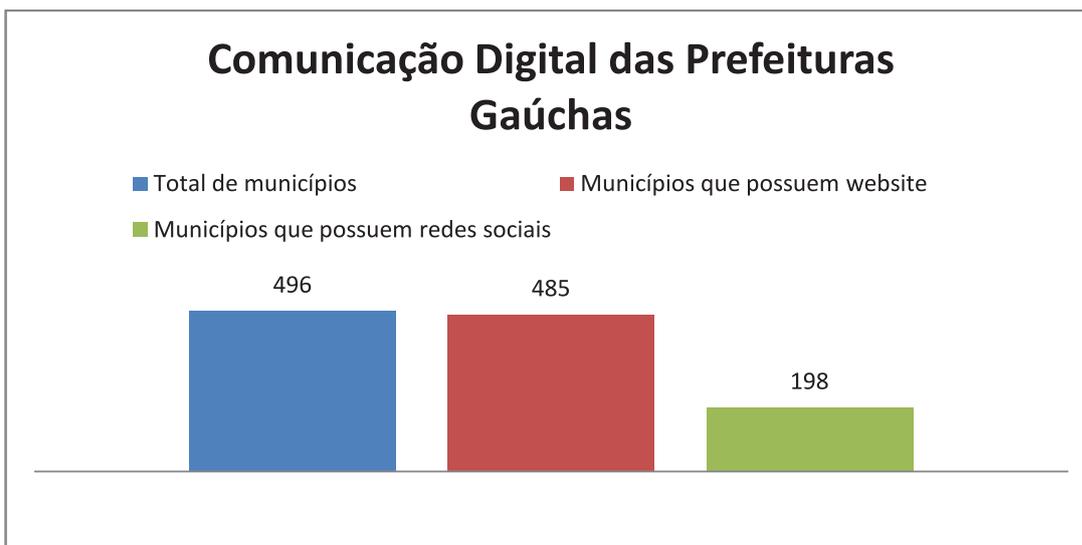


Gráfico 7: plataformas utilizadas na comunicação digital das prefeituras gaúchas

O resultado dessa pesquisa comprova que menos de 40% dos municípios (198 municípios) utilizam redes sociais seja para divulgação, interação ou prestação de serviços para seus municípios.

A distribuição da utilização das redes sociais por prefeituras municipais quanto ao número de habitantes é bem uniforme, como pode ser conferido no gráfico (Gráfico 8) abaixo:



Gráfico 8: Utilização de redes sociais por prefeituras conforme número de habitantes

Dos municípios que estão no ambiente digital das redes sociais, 63 deles, ou ainda 31,81%, possuem menos de 5 mil habitantes.

Quando comparamos a utilização das redes sociais por prefeituras municipais quanto ao IDHM, os municípios com o índice superior a 0,710 se destacam e obtemos o seguinte gráfico (Gráfico 9) abaixo:



Gráfico 9: Utilização de redes sociais por prefeituras municipais conforme IDHM

Como pode ser conferido no gráfico anterior (Gráfico 5), quanto maior o IDHM do município, maior é sua penetração quanto a utilização das redes sociais para auxiliar na sua comunicação digital. Uma peculiaridade é a de que todos os municípios que possuem redes sociais também possuem um Portal Municipal.

5. CONCLUSÃO

Diferente do que era esperado, dos 496 municípios analisados, 485 municípios (97,78%) possuem Portal Municipal, enquanto somente 11 municípios não possuem. Era imaginado que grande parte dos municípios com menos de 5 mil habitantes, o que representa 227 municípios ou ainda 45,76% do total de municípios do RS, não estivessem preparados para apresentar um Portal Municipal na internet pois, em hipótese, esses municípios não teriam estrutura, muito menos esforços suficientes para disponibilizarem um portal municipal. Dentre esses municípios, somente 5 não possuem Portal Municipal que represente o poder executivo do município.

Com base no Gráfico 5, dentre os municípios que possuem Portal Municipal, 100% deles apresentam ferramentas de Informação, ou seja, que divulgam informações sobre o município. Somente 23,58%, ou ainda 117 municípios, apresentam ferramentas de Serviços Online que auxiliam e facilitam os munícipes através da disponibilização de serviços online. E apenas 10,28%, 51 municípios, apresentam ferramentas de Interação que tornem o município mais aberto ao diálogo e à opinião pública. O quadro abaixo (Quadro 10) reapresenta os dados do mesmo gráfico porém agora apresenta porcentagens para fins comparativos.

Municípios em número de habitantes	Ferramentas Informacionais	Ferramentas de Serviços Online	Ferramentas de Interação
menos de 5 mil	222 (100%)	11 (4.95%)	20 (9%)
de 5 mil à 21.454	170 (100%)	45 (26%)	25 (14%)
mais de 21.454	93 (100%)	61 (65%)	6 (6,45%)

Quadro 10: portais municipais e ferramentas comunicacionais conforme número de habitantes

Com isso, é possível identificar que quanto maior a quantidade de habitantes no município, maior a intensidade de ferramentas de serviços online disponibilizadas dentro do portal municipal. A faixa de municípios de 5 mil habitantes e a média estadual (21.454 habitantes) é a faixa que contém a maior quantidade de ferramentas de interação nos portais municipais. Era esperado que os municípios com maior população, ou ainda aqueles que, possuíssem mais de habitantes que a média estadual, estariam

proporcionalmente aos demais municípios, com maior porcentagem de ferramentas de serviços online e de interação, porém somente no quesito ferramentas de serviços online isso foi comprovado. A porcentagem de municípios com ferramentas de interação nos municípios com maior população (6,45%) é menor do que a porcentagem que engloba a faixa intermediária de municípios com 5 mil a 21.454 habitantes (14%).

Com o presente estudo, foi possível constatar também que, 39,91% dos municípios do Rio Grande do Sul estão presentes no ambiente digital das redes sociais, e o número de habitantes pouco difere nas porcentagens de utilização das redes sociais, mostrando praticamente a mesma porcentagem entre todas as três classificações quando a população. Dos municípios que estão no ambiente digital das redes sociais, 63 deles, ou ainda 31,81%, possuem menos de 5 mil habitantes, o que torna um dado interessante, visto que, municípios com poucos habitantes possuem conhecimento e o interesse em participar de plataformas que possam estreitar relações com seus munícipes criando relações mais informais e duradouras do que a dos Portais Municipais.

Estes dados não querem dizer que os municípios utilizem todas as potencialidades das redes sociais à seu favor e muito menos que utilizam essa forma de comunicação e relacionamento de forma exemplar, somente afirmam que os municípios estão presentes, de certa forma, no ambiente digital das redes sociais.

Com a pesquisa, foi possível identificar que os portais municipais das prefeituras gaúchas estão muito distantes do ideal nível democrático digital. Diferente do que vimos no ambiente “real”, o ambiente digital ainda possui diversas lacunas referente a prestação de serviços online, que facilitem, agilizem e desafoguem o tráfego de informações e pessoas em ambientes físicos e muito mais deficiente, no que se refere ao nível de interação nesse ambiente que é quase inexistente, quando se comparado a todas as potencialidades que o ambiente virtual pode proporcionar.

Desta forma, sugere-se como primeiro passo para diminuir a discrepância existente entre o ambiente “real” e o “virtual” buscar igualar tudo aquilo que conquistamos com a sociedade democrática e mesclar essas ferramentas a fim de torná-las disponíveis também no ambiente virtual. E em um segundo momento, aproveitar todas as potencialidades do ambiente virtual para então crescer e evoluir junto, conseguindo ampliar seus efeitos, a fim de propor melhorias nas ferramentas e com isso aperfeiçoar o que hoje conhecemos como sociedade. Para isso é importante dar continuidade a pesquisa acerca deste tema, ampliando seu universo e as variáveis estudadas, bem como aprofundando a análise dos dados.

REFERENCIAS

- ARENDDT, Hannah. O que é política? 3ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- AZAMBUJA, Darcy. Introdução a Ciência Política. 2ª Ed. São Paulo: Globo, 2008.
- BENTIVEGNA, S. (1997). Al voto com i media: lecampagneelettoralinell'etàdellat.v. Roma, la Nuova Itália Scientifica. In CARDOSO, António (2006). A comunicação política digital na corrida às eleições presidenciais 2006 -Internet, blogues e multimédia móvel. Disponível em: <<<http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/download/173/212>>. Acesso: 15/10/2014
- BOGO, Kellen. A história da Internet - Como tudo começou... Disponível em: <<http://kplus.cosmo.com.br/materia.asp?co=11&rv=vivencia>> Acesso em: 18/10/2014
- BONAVIDES, Paulo. Ciência Política, 16ª Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.
- BOOBIO, Norberto. O futuro da democracia: Uma defesa das regras do jogo. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CANAVILHAS, João. A Comunicação Política na Era da Internet. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-comunicacao-politica-na-era-da-internet.pdf>> Acesso em: 06/09/2014
- CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política**; Conferência. Belém (Por) : Imprensa Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/sociedade-em-rede-do-conhecimento-%C3%A0-ac%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica>>. Acesso em: 14/09/2014
- CARDOSO, António (2006). A comunicação política digital na corrida às eleições presidenciais 2006 - Internet, blogues e multimédia móvel. In CARDOSO, P. & CAIRRÃO, A. (Org). Comunicação Política, Cadernos de Estudos Mediáticos 04, Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa. Disponível em: <<http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/download/173/212>>. Acesso em: 15/10/2014
- CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1995.
- CORRÊA, Elizabeth Saad. Comunicação Digital: uma questão de estratégia e de relacionamento com públicos. São Paulo: Revista Organicom, Ano 2, nº 3, 2005.
- Constituições brasileiras de 1824, 1841, 1934,
- DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos da Teoria Geral do Estado. 30.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- DOWNING, John D. H. Mídia radical: Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. 1. ed. São Paulo: Senac, 2002.
- DUARTE, J. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. In KUNSCH, M.K.K. (org). Comunicação pública, sociedade e cidadania. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.
- DUARTE, Jorge. Comunicação Pública. São Paulo: Atlas, 2007. Disponível em: <<http://www.jforni.jor.br/forni/files/ComP%C3%BAblicaJDuartevf.pdf>>. Acesso em: 22/10/2014.
- DUARTE, Jorge. Comunicação pública. In: SILVA, Luiz Martins da (Org.). Comunicação pública: algumas aborgagens. Brasília: Casa das Musas, 2010.
- ECO, U. (1984). Il libro dei labirinti, Milano, Frassinelle. In CARDOSO, António Magalhães. “A Comunicação Política na Internet. Análise dos websites dos Partidos Políticos em Itália”. Observatorio (OBS*) Journal, 7 (2008), p. 180-204. Disponível em <<http://www.obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/173/212>> Acesso: 24/10/14

FACEBOOK. Declaração de direitos e responsabilidades XX.09.13. Disponível em: <<http://www.facebook.com/legal/proposedsrr/pt>>. Acesso em 01/11/2014

FERREIRA, Filho e Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. 36 Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FILHO, Edison e Oliveira Martins. A crise do Estado: relacionamento entre Estado e sociedade no Brasil e diagnóstico da crise. Artigo dissertação de mestrado: Coppead/UFRJ, 1996. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/7994/6746>> Acesso: 01/10/2014

FREIE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FROEMMING, L. Marketing Público. Ijuí: Unijuí, 2009.

G1, Globo. Facebook completa 10 anos; veja a evolução da rede social. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/02/facebook-completa-10-anos-veja-evolucao-da-rede-social.html>>. Acesso em: 14/11/2014

GOMES, Wilson. Transformações da Política na Era da comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2002.

GUIMARÃES, Mário. A Cibercultura e o Surgimento de Novas Formas de Sociabilidade. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~guima/ciber.html>> Acesso em: 17/10/14

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

IBGE. População do Rio Grande do Sul. 2010a. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/download/mapa_e_municipios.php?lang=&uf=rs> . Acesso em 25/10/2014.

IBGE. Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios do RS. 2010b. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>> . Acesso em 25/10/2014.

JAFFE, Joseph. O declínio da mídia de massa: Porque os comerciais de TV de 30 segundos estão com os dias contados. São Paulo: M. Books, 2008.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 2000.

LIBERATO, Fabíola de Paula. Instrumentos da comunicação pública como auxílio a participação política dos cidadãos: Avaliação das políticas públicas de cidadania do portal eletrônico do governo da cidade de São Paulo. CODE - Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos do I Congresso de Desenvolvimento. Brasília: 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area9/area9-artigo13.pdf>> Acesso: 15/10/2014

LIPNAK, Jessica, STAMP, Jeffrey. Networks, redes de conexão: pessoas conectando-se com pessoas. São Paulo: Aquarela, 1992.

LUCAS, João. MySpace: as possibilidades de uma rede interativa que permite maior divulgação de produções musicais. Recife: MUSICOM, 2008. Disponível em: <http://musica.ufma.br/musicom/trab/2009_GT8_01.pdf> Acesso: 21/10/14

MASHABLE. Google Tops Exxon Mobil to Become World's 2nd Most Valuable Company. Disponível em <<http://mashable.com/2014/02/07/google-second-most-valuable-company>>. Acesso em: 14/11/2014

MARQUES, Ângela; MATOS, Heloiza. Comunicação e Política: Capital social, reconhecimento e deliberação pública. São Paulo: Summus, 2011.

MARSHALL, J. F. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. v. 30 n. 01 Brasília: Ci. Inf, 2001.

MELLO, Diogo Lordello de. Governo e administração municipal: a experiência brasileira. in: RAP - Revista de Administração Pública, FGV, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/issue/archive>> Acesso em: 21/09/2014

PERUZZO, C. M. K. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PNUD, Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O que é o IDHM. Disponível em <http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM>. Acesso em 05/11/2014.

PNUD, Brasil. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/fs1-idhm-brasil.pdf>>. Acesso em 05/11/2014

RAMMONET, I. A tirania da Comunicação. Petrópolis: Vozes, 1999.

RECUERO, Raquel. Considerações sobre a Difusão de Informações em Redes Sociais na Internet. Trabalho apresentado no VIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul em maio de 2007. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/R0464-1.pdf>> Acesso: 20/10/14

RECUERO, Raquel. Weblogs, Webrings e Comunidades Virtuais. Trabalho apresentado no GT de Comunicação e Cultura do VII Seminário Internacional de Comunicação, em Setembro de 2002. Trabalho publicado na revista 404notFound, v1. número 31, 2003.

RESTREPO, Luis Alberto. A relação entre a sociedade civil e o Estado: elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na América Latina. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 2(2): 61-100, 2.sem. 1990. Disponível em <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/Publicacao_6978_em_16_05_2009_17_10_04.pdf> Acesso: 22/09/2014

RHEINGOLD, Howard, A Comunidade Virtual. Lisboa: Gradiva, 1996.

RODRIGUES, Rosália. Ciberpolítica: Comunicação Política 2.0 nas Eleições Legislativas de 2009. Covilhã: Universidade da Beira Interior. Disponível em: <<http://bocc.unisinos.br/pag/bocc-rodrigues-ciberpolitica.pdf>> Acesso: 17/10/14

SAKED, Maria Tereza Et All. Os clássicos da Política, 13ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.

SANTAELLA, L. Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2004.

SANTOS, Humberto e DEVESAS, Rassaleno Campos. In: CORRÊA, Elizabeth Saad. Comunicação Digital: uma questão de estratégia e de relacionamento com públicos. São Paulo: Revista Organicom, Ano 2, nº 3, 2005.

SAYON, Daniel. A evolução das redes sociais e a publicidade. Disponível em: <<http://www.mestreseo.com.br/redes-sociais/a-evolucao-das-redes-sociais-e-a-publicidade-2>> Acesso em: 21/10/14

SERRANO, Estrela. Spin doctoring e profissionalização da comunicação política. In: Conceitos de Comunicação Política. Covilhã: LabCom, 2010.

SILVA, Silvado Pereira da. Estado, democracia e internet: requisitos democráticos e dimensões analíticas para a interface digital do Estado. 2009. 425f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea) UFBA. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5211/1/silvado-silva.pdf>>. Acesso em: 02/09/2014

SODRÉ, Muniz. Antropológica do Espelho. Por uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

VIEIRA, L. Cidadania e globalização. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

WEBER, Maria Helena. Comunicação e espetáculo da política. Porto Alegre: UFRGS, 2000

WEBER, M. H. Estratégias da comunicação de Estado e a disputa por visibilidade e opinião. In: KUNSCH, M,M.K. (org.). Comunicação pública, sociedade e cidadania. São Caetano do Sul. SP: Difusão Editora, 2011.

WEFFORT, Francisco C., Maria Tereza Sadek, Renato Janine Ribeiro, Leonel Itaussu Almeida Mello, J. A. Guilhon Albuquerque, Milton Meira do Nascimento, Fernando Papaterra Limongi, . Os clássicos da Política, 13ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 2005.

KELLY, Paul [etall]. O livro da Política, tradução Rafael Longo. 1ª ed. São Paulo: Globo, 2013.

APÊNDICE A - Análise da Comunicação das Prefeituras Gaúchas

Município	Habitantes	IDHM	Possui Portal Municipal?	Redes Sociais	Ferramentas Comunicacionais			
					Informação	Serviços Online	Interação	Total
Água Santa	3.722	0,75	Sim	Sim	1	0	0	1
Agudo	16.722	0,694	Sim	Não	1	0	0	1
Ajuricaba	7.255	0,753	Sim	Não	1	1	0	2
Alecrim	7.045	0,672	Sim	Não	1	0	0	1
Alegrete	77.653	0,74	Sim	Sim	1	1	0	2
Alegria	4.301	0,695	Sim	Não	1	0	0	1
Almirante Tamandaré do Sul	2.067	0,74	Sim	Sim	1	1	0	2
Alpestre	8.027	0,671	Sim	Não	1	1	0	2
Alto Alegre	1.848	0,747	Sim	Não	1	0	0	1
Alto Feliz	2.917	0,734	Sim	Sim	1	0	1	2
Alvorada	195.673	0,699	Sim	Sim	1	1	0	2
Amaral Ferrador	6.353	0,624	Sim	Não	1	0	0	1
André da Rocha	1.216	0,72	Sim	Sim	1	0	0	1
Anta Gorda	6.073	0,74	Sim	Sim	1	1	1	3
Antônio Prado	12.833	0,758	Sim	Sim	1	0	0	1
Arambaré	3.693	0,691	Sim	Não	1	0	0	1
Araricá	4.864	0,679	Sim	Não	1	0	0	1
Aratiba	6.565	0,772	Sim	Sim	1	0	0	1
Arroio do Meio	18.783	0,769	Sim	Não	1	1	0	2
Arroio do Padre	2.730	0,669	Sim	Sim	1	0	1	2

Arroio do Sal	7.740	0,74	Sim	Não	1	1	0	0	2
Arroio do Tigre	12.648	0,707	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Arroio dos Ratos	13.606	0,698	Sim	Sim	1	1	0	0	2
Arroio Grande	18.470	0,657	Sim	Não	1	0	0	0	1
Arvorezinha	10.225	0,694	Sim	Não	1	0	0	0	1
Augusto Pestana	7.096	0,743	Sim	Não	1	0	1	1	2
Áurea	3.665	0,707	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Bagé	116.794	0,74	Sim	Não	1	1	0	0	2
Balneário Pinhal	10.856	0,696	Sim	Não	1	0	0	0	1
Barão	5.741	0,748	Sim	Não	1	0	1	1	2
Barão de Cotegipe	6.529	0,719	Sim	Não	1	1	0	0	2
Barão do Triunfo	7.018	0,61	Sim	Não	1	0	1	1	2
Barra do Guarita	3.089	0,734	Sim	Não	1	0	0	0	1
Barra do Quarai	4.012	0,662	Sim	Não	1	0	0	0	1
Barra do Ribeiro	12.572	0,67	Sim	Não	1	0	0	0	1
Barra do Rio Azul	2.003	0,723	Sim	Não	1	0	0	0	1
Barra Funda	2.367	0,763	Sim	Não	1	0	0	0	1
Barracão	5.357	0,71	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Benjamin Constant do Sul	2.307	0,619	Sim	Não	1	0	0	0	1
Bento Gonçalves	107.278	0,778	Sim	Sim	1	1	0	0	2
Boa Vista das Missões	2.114	0,676	Sim	Não	1	0	0	0	1
Boa Vista do Buricá	6.574	0,762	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Boa Vista do Cadeado	2.441	0,703	Sim	Não	1	0	1	1	2
Boa Vista do Inera	2.425	0,731	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Boa Vista do Sul	2.776	0,728	Sim	Não	1	0	1	1	2
Bom Jesus	11.519	0,666	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Bom Princípio	11.789	0,746	Sim	Não	1	1	0	0	2

Bom Progresso	2.328	0,723	Sim	Não	1	0	0	0	1
Bom Retiro do Sul	11.472	0,739	Sim	Não	1	0	0	0	1
Boqueirão do Leão	7.673	0,7	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Bossoroca	6.884	0,692	Sim	Não	1	0	0	0	1
Bozano	2.200	0,745	Sim	Não	1	0	0	0	1
Braga	3.702	0,674	Sim	Não	1	0	0	0	1
Brochier	4.675	0,699	Sim	Não	1	0	0	0	1
Butiá	20.406	0,689	Sim	Não	1	0	0	0	1
Caçapava do Sul	33.609	0,704	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Cacequi	13.676	0,7	Sim	Não	1	0	0	0	1
Cachoeira do Sul	83.827	0,742	Sim	Sim	1	1	0	0	2
Cachoeirinha	118.278	0,757	Sim	Sim	1	1	0	0	2
Cacique Doble	4.868	0,662	Sim	Não	1	0	0	0	1
Caibaté	4.954	0,719	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Caiçara	5.071	0,699	Sim	Não	1	0	0	0	1
Camaquã	62.764	0,697	Sim	Sim	1	1	0	0	2
Camargo	2.592	0,736	Sim	Não	1	0	0	0	1
Cambará do Sul	6.542	0,697	Sim	Sim	1	0	1	1	2
Campestre da Serra	3.247	0,706	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Campina das Missões	6.117	0,738	Sim	Sim	1	1	0	0	2
Campinas do Sul	5.506	0,76	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Campo Bom	60.074	0,745	Sim	Sim	1	1	0	0	2
Campo Novo	5.459	0,703	Sim	Não	1	1	0	0	2
Campos Borges	3.494	0,708	Sim	Não	1	0	0	0	1
Candelária	30.171	0,674	Sim	Não	1	0	0	0	1
Cândido Godói	6.535	0,728	Sim	Não	1	0	0	0	1
Candiota	8.771	0,698	Sim	Não	1	0	0	0	1

Canela	39.229	0,748	Sim	Sim	1	1	0	0	2
Canguçu	53.259	0,65	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Canoas	323.827	0,75	Sim	Sim	1	1	0	0	2
Canudos do Vale	1.807	0,713	Sim	Não	1	0	0	0	1
Capão Bonito do Sul	1.754	0,637	Sim	Sim	1	0	1	1	2
Capão da Canoa	42.040	0,743	Sim	Sim	1	1	0	0	2
Capão do Cipo	3.104	0,672	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Capão do Leão	24.298	0,637	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Capela de Santana	11.612	0,661	Sim	Sim	1	0	1	1	2
Capitão	2.636	0,746	Sim	Não	1	0	0	0	1
Capivari do Sul	3.890	0,766	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Carará	7.312	0,652	Sim	Não	1	0	0	0	1
Carazinho	59.317	0,766	Sim	Sim	1	1	0	0	2
Carlos Barbosa	25.192	0,796	Sim	Não	1	1	0	0	2
Carlos Gomes	1.607	0,739	Sim	Não	1	0	0	0	1
Casca	8.651	0,785	Sim	Sim	1	1	1	1	3
Caseiros	3.007	0,703	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Catuípe	9.323	0,739	Sim	Não	1	0	0	0	1
Caxias do Sul	435.564	0,782	Sim	Não	1	1	0	0	2
Centenário	2.965	0,701	Sim	Não	1	0	0	0	1
Cerrito	6.402	0,649	Sim	Não	1	0	0	0	1
Cerro Branco	4.454	0,661	Sim	Não	1	0	0	0	1
Cerro Grande	2.417	0,674	Sim	Não	1	0	0	0	1
Cerro Largo	13.289	0,764	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Chapada	9.377	0,757	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Charqueadas	35.320	0,747	Sim	Não	1	0	0	0	1
Charrua	3.471	0,62	Sim	Não	1	0	0	0	1

Chiapetta	4.044	0,732	Sim	Não	1	0	1	2
Chuí	5.917	0,706	Sim	Não	1	0	0	1
Chuvisca	4.944	0,616	Sim	Sim	1	0	0	1
Cidreira	12.688	0,729	Sim	Sim	1	0	1	2
Ciriaco	4.922	0,719	Sim	Não	1	0	0	1
Colinas	2.420	0,765	Sim	Não	1	0	0	1
Colorado	3.550	0,758	Sim	Não	1	0	0	1
Condor	6.552	0,747	Sim	Não	1	0	0	1
Constantina	9.752	0,754	Sim	Sim	1	0	0	1
Coqueiro Baixo	1.528	0,692	Sim	Não	1	0	0	1
Coqueiros do Sul	2.457	0,746	Sim	Não	1	0	0	1
Coronel Barros	2.459	0,744	Sim	Sim	1	0	0	1
Coronel Bicaco	7.748	0,665	Sim	Não	1	0	1	2
Coronel Pilar	1.725	0,727	Sim	Não	1	0	0	1
Cotiporã	3.917	0,741	Sim	Sim	1	0	0	1
Coxilha	2.826	0,706	Sim	Sim	1	0	0	1
Crissiumal	14.084	0,712	Sim	Não	1	0	0	1
Cristal	7.280	0,644	Sim	Sim	1	0	0	1
Cristal do Sul	2.826	0,66	Sim	Não	1	0	0	1
Cruz Alta	62.821	0,75	Sim	Não	1	0	0	1
Cruzaltense	2.141	0,719	Sim	Não	1	0	0	1
Cruzeiro do Sul	12.320	0,723	Sim	Sim	1	0	0	1
David Canabarro	4.683	0,762	Sim	Sim	1	0	0	1
Derrubadas	3.190	0,707	Sim	Não	1	0	0	1
Dezesseis de Novembro	2.866	0,654	Sim	Não	1	0	0	1
Dilermando de Aguiar	3.064	0,648	Sim	Sim	1	0	0	1
Dois Irmãos	27.572	0,743	Sim	Sim	1	0	0	1

Dois Lajeados	3.278	0,757	Sim	Não	1	0	0	1
Dom Feliciano	14.380	0,587	Sim	Sim	1	0	0	1
Dom Pedrito	38.898	0,708	Sim	Não	1	0	0	1
Dom Pedro de Alcântara	2.550	0,691	Sim	Sim	1	0	0	1
Dona Francisca	3.401	0,697	Sim	Não	1	0	0	1
Doutor Maurício Cardoso	5.313	0,706	Sim	Não	1	1	0	2
Doutor Ricardo	2.030	0,724	Sim	Não	1	0	0	1
Eldorado do Sul	34.343	0,717	Sim	Sim	1	1	0	2
Encantado	20.510	0,767	Sim	Sim	1	1	0	2
Encruzilhada do Sul	24.543	0,657	Sim	Sim	1	0	0	1
Engenho Velho	1.527	0,717	Sim	Não	1	0	0	1
Entre Rios do Sul	3.080	0,703	Sim	Não	1	0	0	1
Entre-Ijuis	8.938	0,68	Sim	Não	1	0	0	1
Erebango	2.970	0,712	Sim	Não	1	0	0	1
Erechim	96.087	0,776	Sim	Sim	1	1	0	2
Ernestina	3.088	0,716	Sim	Sim	1	0	0	1
Ervai Grande	5.163	0,681	Sim	Não	1	0	0	1
Ervai Seco	7.878	0,685	Sim	Não	1	0	1	2
Esmeralda	3.168	0,68	Sim	Não	1	0	0	1
Espumoso	15.240	0,765	Sim	Sim	1	0	0	1
Estação	6.011	0,753	Sim	Não	1	0	0	1
Estância Velha	42.574	0,757	Sim	Sim	1	0	0	1
Esteio	80.755	0,754	Sim	Sim	1	1	0	2
Estrela	30.619	0,767	Sim	Sim	1	0	0	1
Estrela Velha	3.628	0,679	Sim	Não	1	0	0	1
Eugênio de Castro	2.798	0,712	Sim	Não	1	0	0	1
Fagundes Varela	2.579	0,763	Sim	Não	1	0	0	1

Farroupilha	63.635	0,777	Sim	Sim	1	1	0	0	2
Faxinal do Soturno	6.672	0,72	Sim	Não	1	0	0	0	1
Faxinalzinho	2.567	0,666	Sim	Não	1	0	0	0	1
Fazenda Vilanova	3.697	0,698	Sim	Não	1	0	0	0	1
Feliz	12.359	0,75	Sim	Sim	1	1	0	0	2
Flores da Cunha	27.126	0,754	Sim	Sim	1	1	0	0	2
Floriano Peixoto	2.018	0,663	Sim	Não	1	0	0	0	1
Fontoura Xavier	10.719	0,661	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Formigueiro	7.014	0,682	Sim	Não	1	0	0	0	1
Forquetinha	2.479	0,683	Sim	Não	1	0	0	0	1
Fortaleza dos Valos	4.565	0,756	Sim	Não	1	0	0	0	1
Frederico Westphalen	28.843	0,76	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Garibaldi	30.689	0,786	Sim	Não	1	1	0	0	2
Garruchos	3.234	0,671	Sim	Não	1	0	0	0	1
Gaurama	5.862	0,738	Sim	Não	1	0	0	0	1
General Câmara	8.447	0,686	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Gentil	1.677	0,733	Sim	Sim	1	0	1	1	2
Getúlio Vargas	16.154	0,746	Sim	Não	1	0	1	1	2
Giruá	17.075	0,721	Sim	Não	1	1	0	0	2
Glorinha	6.891	0,714	Sim	Sim	1	1	0	0	2
Gramado	32.273	0,764	Sim	Não	1	1	0	0	2
Gramado dos Loureiros	2.269	0,685	Sim	Não	1	0	0	0	1
Gramado Xavier	3.970	0,634	Sim	Não	1	0	0	0	1
Gravataí	255.660	0,736	Sim	Sim	1	1	0	0	2
Guabiju	1.598	0,758	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Guaiíba	95.204	0,73	Sim	Sim	1	1	0	0	2
Guarani das Missões	8.115	0,737	Sim	Sim	1	0	0	0	1

Harmonia	4.254	0,749	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Herval	6.753	0,687	Sim	Não	1	0	0	0	1
Herveiras	2.954	0,616	Sim	Não	1	0	0	0	1
Horizontina	18.348	0,783	Sim	Não	1	1	0	0	2
Hulha Negra	6.043	0,643	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Humaitá	4.919	0,738	Sim	Não	1	0	0	0	1
Ibarama	4.371	0,652	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Ibiçá	4.710	0,739	Sim	Não	1	0	0	0	1
Ibiraiaras	7.171	0,724	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Ibirapuitã	4.061	0,638	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Ibirubá	19.310	0,765	Sim	Sim	1	0	1	0	2
Igrejinha	31.660	0,721	Sim	Sim	1	1	0	0	2
Ijuí	78.915	0,781	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Ilópolis	4.102	0,73	Sim	Não	1	0	0	0	1
Imbé	17.670	0,764	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Imigrante	3.023	0,743	Sim	Não	1	0	0	0	1
Independência	6.618	0,693	Sim	Não	1	0	0	0	1
Inhacorá	2.267	0,673	Sim	Não	1	0	1	0	2
Ipê	6.016	0,728	Sim	Não	1	1	0	0	2
Ipiranga do Sul	1.944	0,791	Sim	Não	1	0	0	0	1
Iraí	8.078	0,691	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Itaara	5.010	0,76	Sim	Não	1	0	0	0	1
Itacurubi	3.441	0,657	Sim	Não	1	0	0	0	1
Itapuca	2.344	0,664	Sim	Não	1	0	0	0	1
Itaqui	38.159	0,713	Sim	Não	1	0	0	0	1
Itati	2.584	0,669	Sim	Não	1	0	0	0	1
Itatiba do Sul	4.171	0,681	Sim	Não	1	0	0	0	1

Ivorá	2.156	0,724	Sim	Não	1	0	0	1
Ivoti	19.874	0,784	Sim	Não	1	1	0	2
Jaboticaba	4.098	0,658	Sim	Sim	1	0	0	1
Jacuzinho	2.507	0,662	Sim	Sim	1	0	1	2
Jacutinga	3.633	0,726	Sim	Não	1	0	1	2
Jaguarião	27.931	0,707	Sim	Não	1	1	0	2
Jaguari	11.473	0,712	Sim	Não	1	0	0	1
Jaquirana	4.177	0,614	Sim	Não	1	0	0	1
Jari	3.575	0,631	Sim	Não	1	0	0	1
Jóia	8.331	0,686	Sim	Não	1	0	0	1
Júlio de Castilhos	19.579	0,716	Sim	Sim	1	0	1	2
Lagoa Bonita do Sul	2.662	0,67	Sim	Não	1	0	0	1
Lagoa de Três Cantos	1.598	0,789	Sim	Sim	1	1	0	2
Lagoa Vermelha	27.525	0,738	Sim	Não	1	1	0	2
Lagoão	6.185	0,643	Sim	Não	1	0	0	1
Lajeado	71.445	0,778	Sim	Sim	1	1	0	2
Lavras do Sul	7.679	0,699	Sim	Sim	1	0	0	1
Liberato Salzano	5.780	0,685	Sim	Não	1	0	1	2
Lindolfo Collor	5.227	0,712	Sim	Não	1	0	0	1
Linha Nova	1.624	0,749	Sim	Não	1	0	1	2
Maçambará	4.738	0,684	Sim	Não	1	0	0	1
Machadinho	5.510	0,692	Sim	Não	1	0	0	1
Mampituba	3.003	0,649	Sim	Não	1	0	0	1
Manoel Viana	7.072	0,655	Sim	Sim	1	0	0	1
Maquiné	6.905	0,682	Sim	Não	1	0	1	2
Maratá	2.527	0,697	Sim	Sim	1	0	0	1
Marau	36.364	0,774	Sim	Sim	1	1	0	2

Marcelino Ramos	5.134	0,724	Sim	Não	1	0	0	0	1
Mariana Pimentel	3.768	0,701	Sim	Não	1	0	0	0	1
Mariano Moro	2.210	0,73	Sim	Não	1	0	0	0	1
Marques Souza	4.068	0,687	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Mata	5.111	0,656	Sim	Não	1	0	0	0	1
Mato Castelhana	2.470	0,727	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Mato Leiteiro	3.865	0,746	Sim	Não	1	0	0	0	1
Mato Queimado	1.799	0,717	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Maximiliano de Almeida	4.911	0,699	Sim	Não	1	1	0	0	2
Minas do Leão	7.631	0,681	Sim	Não	1	0	0	0	1
Miraguaí	4.855	0,725	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Montauri	1.542	0,764	Sim	Não	1	0	0	0	1
Monte Alegre dos Campos	3.102	0,65	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Monte Belo do Sul	2.670	0,752	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Mormaço	2.749	0,714	Sim	Não	1	0	1	1	2
Morrinhos do Sul	3.182	0,711	Sim	Não	1	0	0	0	1
Morro Redondo	6.227	0,702	Sim	Não	1	0	0	0	1
Morro Reuter	5.676	0,743	Sim	Não	1	1	0	0	2
Mostardas	12.124	0,664	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Muçum	4.791	0,746	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Muitos Capões	2.988	0,702	Sim	Não	1	0	0	0	1
Muliterno	1.813	0,689	Sim	Não	1	0	0	0	1
Não-Me-Toque	15.936	0,765	Sim	Não	1	1	0	0	2
Nicolau Vergueiro	1.721	0,753	Sim	Não	1	0	0	0	1
Nonoai	12.074	0,702	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Nova Alvorada	3.182	0,74	Sim	Não	1	0	0	0	1
Nova Araçá	4.001	0,785	Sim	Não	1	0	0	0	1

Nova Bassano	8.840	0,747	Sim	Não	1	0	0	1
Nova Boa Vista	1.960	0,768	Sim	Não	1	0	0	1
Nova Brésia	3.184	0,778	Sim	Não	1	0	0	1
Nova Candelária	2.751	0,759	Sim	Não	1	0	0	1
Nova Esperança do Sul	4.671	0,735	Sim	Não	1	1	0	2
Nova Hartz	18.346	0,689	Sim	Não	1	0	0	1
Nova Pádua	2.450	0,761	Sim	Não	1	0	0	1
Nova Palma	6.342	0,744	Sim	Sim	1	0	0	1
Nova Petrópolis	19.045	0,78	Sim	Sim	1	1	0	2
Nova Prata	22.830	0,766	Sim	Não	1	1	0	2
Nova Ramada	2.437	0,742	Sim	Não	1	0	0	1
Nova Roma do Sul	3.343	0,741	Sim	Não	1	0	0	1
Nova Santa Rita	22.716	0,718	Sim	Sim	1	0	0	1
Novo Cabrais	3.855	0,688	Sim	Não	1	0	0	1
Novo Hamburgo	238.940	0,747	Sim	Sim	1	1	0	2
Novo Machado	3.925	0,663	Sim	Não	1	0	0	1
Novo Tiradentes	2.277	0,676	Sim	Não	1	0	0	1
Novo Xingu	1.757	0,767	Sim	Não	1	0	0	1
Osório	40.906	0,751	Sim	Sim	1	1	1	3
Paim Filho	4.243	0,706	Sim	Não	1	0	0	1
Palmares do Sul	10.969	0,715	Sim	Sim	1	1	1	3
Palmeira das Missões	34.328	0,737	Sim	Sim	1	0	0	1
Palmitinho	6.920	0,72	Sim	Sim	1	0	0	1
Panambi	38.058	0,761	Sim	Não	1	1	0	2
Pantano Grande	9.895	0,661	Sim	Não	1	1	0	2
Parai	6.812	0,773	Sim	Sim	1	0	0	1
Paraíso do Sul	7.336	0,676	Sim	Não	1	0	0	1

Parei Novo	3.511	0,749	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Parobé	51.502	0,704	Sim	Não	1	1	0	0	2
Passa Sete	5.154	0,622	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Passo Fundo	184.826	0,776	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Passo Sobrado	6.011	0,698	Sim	Não	1	0	0	0	1
Paulo Bento	2.196	0,71	Sim	Não	1	0	0	0	1
Paverama	8.044	0,683	Sim	Sim	1	0	1	1	2
Pedras Altas	2.212	0,64	Sim	Sim	1	0	1	1	2
Pedro Osório	7.811	0,678	Sim	Não	1	1	0	0	2
Pejuçara	3.973	0,741	Sim	Não	1	1	0	0	2
Pelotas	328.275	0,739	Sim	Não	1	1	0	0	2
Picada Café	5.182	0,758	Sim	Não	1	0	0	0	1
Pinhal	2.513	0,72	Sim	Não	1	0	0	0	1
Pinhal da Serra	2.130	0,65	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Pinhal Grande	4.471	0,678	Sim	Não	1	0	1	1	2
Pinheirinho do Vale	4.497	0,71	Sim	Não	1	0	0	0	1
Pinheiro Machado	12.780	0,661	Sim	Sim	1	1	0	0	2
Pirapó	2.757	0,669	Sim	Não	1	1	0	0	2
Piratini	19.841	0,658	Sim	Não	1	1	0	0	2
Planalto	10.524	0,687	Sim	Não	1	0	0	0	1
Poço das Antas	2.017	0,744	Sim	Não	1	0	0	0	1
Pontão	3.857	0,725	Sim	Não	1	0	0	0	1
Ponte Preta	1.750	0,725	Sim	Sim	1	0	0	0	1
Portão	30.920	0,713	Sim	Sim	1	1	0	0	2
Porto Alegre	1.409.351	0,805	Sim	Sim	1	1	0	0	2
Porto Lucena	5.413	0,693	Sim	Não	1	0	0	0	1
Porto Mauá	2.542	0,698	Sim	Não	1	0	0	0	1

Porto Vera Cruz	1.852	0,69	Sim	Não	1	0	0	1
Porto Xavier	10.558	0,723	Sim	Sim	1	1	0	2
Pouso Novo	1.875	0,715	Sim	Sim	1	0	0	1
Presidente Lucena	2.484	0,757	Sim	Não	1	0	0	1
Progresso	6.163	0,683	Sim	Não	1	0	0	1
Profápio Alves	2.000	0,733	Sim	Não	1	0	0	1
Putinga	4.141	0,715	Sim	Não	1	0	0	1
Quarai	23.021	0,704	Sim	Sim	1	0	0	1
Quatro Irmãos	1.775	0,689	Sim	Não	1	0	0	1
Quevedos	2.710	0,665	Sim	Não	1	0	1	2
Quinze de Novembro	3.653	0,756	Sim	Sim	1	0	0	1
Redentora	10.222	0,631	Sim	Não	1	0	1	2
Relvado	2.155	0,731	Sim	Sim	1	0	0	1
Restinga Seca	15.849	0,683	Sim	Sim	1	0	0	1
Rio dos Índios	3.616	0,656	Sim	Não	1	0	0	1
Rio Grande	197.228	0,744	Sim	Não	1	1	1	3
Rio Pardo	37.591	0,693	Sim	Não	1	1	0	2
Riozinho	4.330	0,661	Sim	Sim	1	0	0	1
Roca Sales	10.284	0,729	Sim	Sim	1	0	0	1
Rodeio Bonito	5.743	0,732	Sim	Não	1	0	0	1
Rolador	2.546	0,689	Sim	Não	1	0	0	1
Rolante	19.485	0,688	Sim	Sim	1	1	0	2
Ronda Alta	10.221	0,724	Sim	Sim	1	1	1	3
Rondinha	5.518	0,764	Sim	Não	1	0	0	1
Roque Gonzales	7.203	0,688	Sim	Não	1	0	0	1
Rosário do Sul	39.707	0,699	Sim	Sim	1	0	0	1
Sagrada Família	2.595	0,678	Sim	Não	1	0	0	1

Saldanha Marinho	2.869	0,762	Sim	Não	1	0	1	2
Salvador das Missões	2.669	0,753	Sim	Não	1	0	0	1
Salvador do Sul	6.747	0,74	Sim	Sim	1	0	1	2
Sananduva	15.373	0,747	Sim	Não	1	0	0	1
Santa Bárbara do Sul	8.829	0,725	Sim	Sim	1	0	0	1
Santa Cecília do Sul	2.352	0,725	Sim	Não	1	0	0	1
Santa Clara do Sul	5.697	0,74	Sim	Sim	1	1	0	2
Santa Cruz do Sul	118.374	0,773	Sim	Não	1	1	0	2
Santa Margarida do Sul	2.352	0,663	Sim	Não	1	0	0	1
Santa Maria	261.031	0,784	Sim	Sim	1	1	0	2
Santa Maria do Herval	6.053	0,676	Sim	Não	1	0	0	1
Santa Rosa	68.587	0,769	Sim	Sim	1	1	0	2
Santa Tereza	1.720	0,746	Sim	Sim	1	0	0	1
Santa Vitória do Palmar	30.990	0,712	Sim	Sim	1	0	0	1
Santana da Boa Vista	8.242	0,633	Sim	Não	1	0	0	1
Santana do Livramento	82.464	0,727	Sim	Não	1	0	1	2
Santiago	49.071	0,766	Sim	Não	1	0	1	2
Santo Ângelo	76.275	0,772	Sim	Sim	1	1	0	2
Santo Antônio da Patrulha	39.685	0,717	Sim	Não	1	1	0	2
Santo Antônio das Missões	11.210	0,686	Sim	Sim	1	0	1	2
Santo Antônio do Palma	2.139	0,764	Sim	Não	1	0	0	1
Santo Antônio do Planalto	1.987	0,759	Sim	Não	1	0	0	1
Santo Augusto	13.968	0,739	Sim	Sim	1	0	1	2
Santo Cristo	14.378	0,738	Sim	Não	1	0	0	1
Santo Expedito do Sul	2.461	0,732	Sim	Sim	1	0	0	1
São Borja	61.671	0,736	Sim	Sim	1	1	0	2
São Domingos do Sul	2.926	0,763	Sim	Sim	1	0	0	1

São Francisco de Assis	19.254	0,675	Sim	Sim	1	0	0	1
São Francisco de Paula	10.537	0,685	Sim	Sim	1	0	0	1
São Gabriel	60.425	0,699	Sim	Não	1	1	0	2
São Jerônimo	22.134	0,696	Sim	Sim	1	1	0	2
São João da Urtiga	4.726	0,694	Sim	Não	1	1	0	2
São João do Polésine	2.635	0,748	Sim	Não	1	0	0	1
São Jorge	2.774	0,732	Sim	Não	1	0	0	1
São José das Missões	2.720	0,651	Sim	Não	1	0	0	1
São José do Herval	2.204	0,717	Sim	Sim	1	0	0	1
São José do Hortêncio	4.094	0,707	Sim	Não	1	0	1	2
São José do Inhacorá	2.200	0,747	Sim	Não	1	0	0	1
São José do Norte	25.503	0,623	Sim	Não	1	0	1	2
São José do Ouro	6.904	0,755	Sim	Sim	1	0	0	1
São José do Sul	2.082	0,725	Sim	Não	1	0	1	2
São José dos Ausentes	3.290	0,663	Sim	Não	1	0	0	1
São Leopoldo	214.087	0,739	Sim	Não	1	0	1	2
São Lourenço do Sul	43.111	0,687	Sim	Sim	1	0	0	1
São Luiz Gonzaga	34.556	0,741	Sim	Sim	1	0	0	1
São Marcos	20.103	0,768	Sim	Sim	1	1	0	2
São Martinho	5.773	0,726	Sim	Não	1	0	0	1
São Martinho da Serra	3.201	0,652	Sim	Sim	1	0	0	1
São Miguel das Missões	7.421	0,667	Sim	Não	1	0	0	1
São Nicolau	5.727	0,645	Sim	Sim	1	1	0	2
São Paulo das Missões	6.364	0,692	Sim	Não	1	0	0	1
São Pedro da Serra	3.315	0,739	Sim	Sim	1	0	0	1
São Pedro das Missões	1.886	0,664	Sim	Não	1	0	0	1
São Pedro do Butiá	2.873	0,763	Sim	Sim	1	0	0	1

São Pedro do Sul	16.368	0,709	Sim	Sim	1	0	0	1
São Sebastião do Cai	21.932	0,739	Sim	Sim	1	1	0	2
São Sepé	23.798	0,708	Sim	Sim	1	0	0	1
São Valentim	3.632	0,72	Sim	Não	1	0	0	1
São Valentim do Sul	2.168	0,764	Sim	Não	1	0	0	1
São Valério do Sul	2.647	0,642	Sim	Não	1	0	0	1
São Vendelino	1.944	0,754	Sim	Não	1	1	1	3
São Vicente do Sul	8.440	0,685	Sim	Não	1	0	0	1
Sapiranga	74.985	0,711	Sim	Não	1	1	0	2
Sapucaia do Sul	130.957	0,726	Sim	Sim	1	1	0	2
Sarandi	21.285	0,777	Sim	Não	1	1	0	2
Seberi	10.897	0,723	Sim	Não	1	1	0	2
Sede Nova	3.011	0,712	Sim	Não	1	0	0	1
Segredo	7.158	0,659	Sim	Não	1	0	0	1
Selbach	4.929	0,777	Sim	Sim	1	0	0	1
Senador Salgado Filho	2.814	0,693	Sim	Não	1	0	0	1
Sentinel do Sul	5.198	0,671	Sim	Não	1	0	0	1
Serafina Corrêa	14.253	0,76	Sim	Sim	1	1	0	2
Sério	2.281	0,652	Sim	Sim	1	0	0	1
Sertão	6.294	0,751	Sim	Sim	1	0	0	1
Sertão Santana	5.850	0,689	Sim	Sim	1	0	0	1
Sete de Setembro	2.124	0,683	Sim	Não	1	0	0	1
Severiano de Almeida	3.842	0,752	Sim	Sim	1	0	0	1
Silveira Martins	2.449	0,742	Sim	Sim	1	0	0	1
Simibu	10.068	0,631	Sim	Não	1	1	0	2
Sobradinho	14.283	0,743	Sim	Não	1	1	0	2
Soledade	30.044	0,731	Sim	Não	1	1	0	2

Tabaí	4.131	0,701	Sim	Não	1	0	0	1
Tapejara	19.250	0,76	Sim	Sim	1	1	0	2
Tapera	10.448	0,747	Sim	Não	1	1	0	2
Tapes	16.629	0,695	Sim	Sim	1	0	0	1
Taquara	54.643	0,727	Sim	Não	1	1	0	2
Taquari	26.092	0,733	Sim	Sim	1	0	0	1
Taquaruçu do Sul	2.966	0,739	Sim	Não	1	0	0	1
Tavares	5.351	0,656	Sim	Sim	1	1	1	3
Tenente Portela	13.719	0,708	Sim	Sim	1	0	0	1
Terra de Areia	9.878	0,689	Sim	Não	1	1	0	2
Teutônia	27.272	0,747	Sim	Sim	1	1	0	2
Tio Hugo	2.724	0,742	Sim	Sim	1	1	0	2
Tiradentes do Sul	6.461	0,689	Sim	Não	1	0	0	1
Toropi	2.952	0,683	Sim	Não	1	0	0	1
Torres	34.656	0,762	Sim	Sim	1	1	0	2
Tramandaí	41.585	0,719	Sim	Sim	1	0	0	1
Travesseiro	2.314	0,701	Sim	Não	1	0	0	1
Três Arroios	2.855	0,791	Sim	Não	1	0	0	1
Três Cachoeiras	10.217	0,718	Sim	Não	1	0	0	1
Três Coroas	23.848	0,71	Sim	Sim	1	0	0	1
Três de Maio	23.726	0,759	Sim	Sim	1	1	0	2
Três Forquilhas	2.914	0,662	Sim	Não	1	0	0	1
Três Palmeiras	4.381	0,703	Sim	Não	1	0	0	1
Três Passos	23.965	0,768	Sim	Não	1	1	0	2
Trindade do Sul	5.787	0,687	Sim	Não	1	0	0	1
Triunfo	25.793	0,733	Sim	Sim	1	0	0	1
Tucunduva	5.898	0,747	Sim	Sim	1	0	0	1

Tunas	4.395	0,657	Sim	Não	1	0	0	1
Tupanci do Sul	1.573	0,694	Sim	Não	1	0	0	1
Tupanciretã	22.281	0,709	Sim	Sim	1	1	0	2
Tupandi	3.924	0,718	Sim	Sim	1	1	1	3
Tuparendi	8.557	0,728	Sim	Não	1	1	0	2
Turuçu	3.522	0,629	Sim	Não	1	0	0	1
Ubiretama	2.296	0,7	Sim	Não	1	0	0	1
União da Serra	1.487	0,733	Sim	Não	1	0	0	1
Unistalda	2.450	0,649	Sim	Não	1	0	0	1
Uruguaiana	125.435	0,744	Sim	Sim	1	1	0	2
Vacaria	61.342	0,721	Sim	Não	1	0	0	1
Vale do Sol	11.077	0,624	Sim	Sim	1	0	0	1
Vale Real	5.118	0,737	Sim	Sim	1	1	1	3
Vale Verde	3.253	0,646	Sim	Não	1	0	0	1
Vanini	1.984	0,757	Sim	Não	1	0	0	1
Venâncio Aires	65.946	0,712	Sim	Sim	1	1	0	2
Vera Cruz	23.983	0,737	Sim	Sim	1	1	0	2
Veranópolis	22.810	0,773	Sim	Não	1	1	0	2
Vespasiano Correa	1.974	0,723	Sim	Não	1	0	0	1
Viadutos	5.311	0,702	Sim	Não	1	0	0	1
Viamão	239.384	0,717	Sim	Sim	1	1	0	2
Vicente Dutra	5.285	0,638	Sim	Não	1	0	0	1
Victor Graef	3.036	0,777	Sim	Sim	1	0	0	1
Vila Flores	3.207	0,742	Sim	Não	1	0	0	1
Vila Lângaro	2.152	0,705	Sim	Não	1	0	0	1
Vila Maria	4.221	0,761	Sim	Não	1	0	0	1
Vila Nova do Sul	4.221	0,662	Sim	Sim	1	1	0	2

Vista Alegre	2.832	0,739	Sim	Sim	1	0	0	1
Vista Alegre do Prata	1.569	0,78	Sim	Sim	1	0	0	1
Vista Gaúcha	2.759	0,757	Sim	Não	1	0	0	1
Vitória das Missões	3.485	0,655	Sim	Não	1	0	0	1
Westfália	2.793	0,752	Sim	Sim	1	0	0	1
Xangri-lá	12.434	0,735	Sim	Não	1	1	1	3